

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

CAPA:

Porta dos Nós - Obra do estilo Manuelino e da época de D.Jaime

CONTRACAPA:

Aspecto do Laço e Jardim anexo, no Largo de N^o Senhora da Graça

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO L

Palácio Ducal e Real

O palácio real é a construção da villa mais sumptuosa e de maiores proporções.

(Vilhena Barbosa - As cidades e vilas)

I

Depois de terem os Duques de Bragança D. Fernando I e D. Fernando II habitado no *Paço do Castelo de Homenagem*,⁽¹⁾ como dito é no capítulo precedente, foi também ali residir o Duque D. Jaime ao tornar de Castela em 1496; porém logo ao cabo de cinco anos, quando estava para juntar-se com a sua primeira mulher, fundou uma casa de campo numa horta ou quinta suburbana que possuía no sítio do Reguengo com o destino de ficar sendo ali a sua vivenda. E de facto logo no ano seguinte ou de 1502, quando veio de Castela a sua esposa D. Leonor de Gusmão, fixou-se ali a residência de ambos.

D. Jaime tinha um temperamento melancólico; amava a solidão; e por isso mesmo resolvera deixar o Paço do Castelo, então situado no meio da vila e rodeado por imenso bulfício, para ir habitar com mais sossego numa quinta sua muito chegada à vila e além disso muito formosa pelos seus tapetes de verdura constante, abundância de águas potáveis e frescura de arvoredos. Mas parece que aquela residência não fôra determinada com carácter, digamos oficial, e sim particular, ficando à moradia do Castelo o título honorífico de Paço, porquanto esta do Reguengo encontra-se designada em 1512 no auto da morte da Duquesa D. Leonor com a denominação de *Casas do Reguengo*; e até no testamento com que faleceu o Duque referido no ano de 1532 lhe chama *pomar e casas de Villa Viçosa*, mandando incluí-los na sua terça.⁽²⁾

Do exposto resulta que em 1501 fez ali o 4º Duque de Bragança as habitações indispensáveis para uma simples casa de campo, mas nos anos seguintes

(1) *História Genealógica, Tomo 5, pág. 560.*

(2) *Provas da História Genealógica, Tomo 5.*

até ao da sua morte foi acrescentando sempre a nova casa. Em 1505 tinha concludido já a capela com a sua claustra para procissões e impetrava do Papa Júlio II um Breve para ter capelães que rezassem diariamente os officios divinos. Qual fosse porém a extensão das Casas do Reguengo ou moderno Paço Ducal não é coisa fácil de explicar. O que parece assaz evidente é que o dito Paço abrangia o que está do Passadiço ou Arco da porta de ferro para o norte ou até a capela com a sua claustra e ocharias, a Ilha, alguma coisa do que ali há e nomeadamente a porta antiga dos Nós e o jardim do Bosque da parte do Terreiro do Paço com o das Damas junto à moderna casa de jantar.

Se porém D. Jaime dilatou ainda para o sul a moderna fachada trazendo - a até onde hoje está a porta principal, ou menos alguma coisa, é questão já difícil senão impossível de resolver. É verdade que em 1537, ou quatro anos e meio depois da sua morte, quando sua filha D. Isabel casou com o Infante D. Duarte, já existia aquele frontispício. E El-Rei D. João III com os seus irmãos D. Lufs, D. Afonso e D. Henrique assistiam das janelas às touradas, jogos de canas e outros divertimentos que então se fizeram no Terreiro do Paço. O que não sabemos distinguir é o que aí fez nos ditos quatro anos e meio o Duque D. Teodósio I; e fez decerto muitas obras como narra vagamente a *História Genealógica* por ter de hospedar El-Rei e quatro Infantes.

A meu ver, quando o Duque D. Jaime fundou o moderno paço em 1501, não possuía mais no Reguengo do que uma horta ou pomar, cujos limites pelo sul eram os muros dos jardins do Bosque e das Damas até aos tanques de El-Rei, dos quais o maior tem dentro a nora dessa primeira horta. Depois é que foram anexando não menos de três hortas e courelas de particulares com cuja aquisição puderem acrescentar o Paço e o Reguengo até ao ponto em que o vemos. Prova-se isto com a avenida do Arco da Porta de Ferro, chamada Passadiço na relação do baptizado de El-Rei D. João IV,⁽¹⁾ e uma outra ao sul no arco da porta pequena ou das Casas Novas que foi tapado em 1600 ou pouco antes. Estes passadiços eram servidões do público por causa dos prédios interiores possuídos por diversas pessoas: razão por que nunca em tempo dos antigos Duques houve porta no primeiro arco, conservando-se aberto até ao ano de 1849. Agora sim, como todos aqueles terrenos até ao Carrascal e estrada Augustinha de Borba são da Casa de Bragança, pode ser vedado o trânsito por baixo do Palácio Real.

No entanto, visto que toquei nesta matéria, acrescentarei que é tradição

(1) *História Genealógica*, Tomo 7, no princ.

antiga e assaz provável ter a Duquesa D. Catarina garantido a passagem franca do povo entre o Terreiro do Paço e o Carrascal pela Horta Nova que ela comprou e murou, pondo af um porteiro, cuja casa foi demolida cerca de 1858. Acrescenta-se que a garantia dessa passagem constava de um assento feito na Câmara Municipal. Como, porém, não há vereações desse tempo, é impossível esclarecer este ponto.

O certo é que os Almojarifes têm vedado a dita passagem que em verdade se não torna precisa e apenas servia já para passeios recreativos. E se fiz estas observações é também para contestar o domínio que a Casa de Bragança pretende já ter no Terreiro do Paço e não pode provar: antes provarei eu aqui o contrário.

Continuemos no que estávamos.

II

D. Teodósio I, filho e sucessor de D. Jaime no Ducado de Bragança, continuou a ampliar o Paço do Reguengo procedendo logo em 1535 e 1536 a fazer muitas obras a fim de hospedar El-Rei D. João III e seus quatro irmãos durante as bodas de D. Duarte com a sua irmã D. Isabel que foram celebradas nesta villa, como dito é, no ano de 1537. Já então o frontispício, avançando para o sul, chegara à porta principal e supõe-se que para o interior realizara outras edificações.

O que não tenho por ora conseguido aclarar bem é se o mesmo Duque, falecido em 1563, levou a frontaria até à sala da Medusa ou até outro passadiço que ficava por baixo; mas julgo-o muito provável, embora não ficasse de todo acabado aquele novo quarteirão de salas destinadas para hóspedes de alta categoria.

Com efeito, em 1571, ou no oitavo ano do governo de seu filho D. João I, a frontaria do Paço chegava até ao segundo passadiço ou sala de Medusa, como consta da descrição do mesmo Paço feita por João Baptista Venturino, adido à legação do Cardeal Alexandrino, que foi hospedado pelo Duque referido a rogos de El-Rei D. Sebastião. Essa descrição encontra-se no *Panorama*⁽¹⁾ onde a traduziu Alexandre Herculano. Ei-la: "*O palácio é notável, belo exte -*

(1) Volume 5, pág. 338.

rior e interiormente, e o mais aprazível e cómodo que até aqui vimos em Espanha (ao menos quanto a mim), exceptuando porém o paço real de Madrid. Como estivessem ainda alguns quartos imperfeitos, o Duque os mandou acabar por ocasião desta vinda do Legado.

O edificio fecha todo em volta com grandes casarias que dão para jardins fresquíssimos, um dos quaes, mui espaçoso, está arranjado ao modo de Itália. (1)

Tem vastas cavalariças, adegas e todas as mais oficinas necessárias.

Está situado entre duas ruas, quase insulado, e na frontaria principal fica-lhe uma formosa praça, (2) à qual se segue um bosque de ciprestes e logo um mosteiro de franciscanas. (3)

Dentro dos paços estão pintadas muitas vitórias alcançadas pelos Duques de Bragança, principalmente contra os Castelhanos; e no alto da escada se vê a tomada de Azamor na África... tudo ornado de riquíssimos panos de Flandres, etc ".

Do precedente resulta que em 1571 chegava a frontaria principal do Paço até à sala de Medusa, que aí se achava outra rua ou passadiço público exulando o edificio; depois seguia-se um bosque ou mata de ciprestes até aos muros do convento das Chagas e em frente de tudo estendia-se a praça pública, chamada agora Terreiro do Paço.

Também da relação da hospedagem do Cardeal Alexandrino que traz a *História Genealógica* e eu reproduzi na Primeira Parte, (4) se vê claramente que o Paço chegava já à sala de Medusa e parece-me poder concluir afoitamente que D. Teodósio I fez este quarteirão austral acabando-o seu filho D. João I nesta época.

Porém este nada mais lhe acrescentou no frontispício porque passou a engrandecer a Tapada. E sobrevivendo-lhe grandes transtornos financeiros com a infeliz expedição de África em 1578, faleceu muito moço e empenhado no ano de 1583.

(1) É o Jardim do Bosque.

(2) Terreiro do Paço.

(3) Convento das Chagas. Na cerca deste dura ainda um cipreste, bem antigo, resto daquele bosque.

(4) Capitulo 43.

III

D. Teodósio II continuou as obras do Paço e realçou-lhe o frontispício que era de alvenaria e provavelmente com janelas manuelinas, revestindo com mármore de Montes Claros toda a fachada que cai sobre o Terreiro.

Ele e sua mãe D. Catarina compraram os chãos ou courelas e hortas alheias que ainda ficavam entre o Terreiro do Paço, estrada Augustinha e Carrascal, podendo assim tirar inteiramente a rua, passadiço ou sesmo que estava junto do ribeiro de Alcarrache e que por isso mesmo ainda conserva o nome de *ribeiro do passadiço* dentro da vila, ficando apenas subsistindo o primeiro, já salvo com arco pelo palácio. Construiu ao sul um novo quarteirão com salas para a frente e quartos para a rectaguarda, ficando-lhes um corredor no meio. A este quarteirão, que tem uma porta pequena em baixo, davam no seu tempo o nome de *Casas Novas*, como pode ver-se na relação das festas da sua boda que vem na *História Genealógica* e eu transcrevi na Primeira Parte.⁽¹⁾ Mas não ficou acabado inteiramente senão pelo frontispício que ele tinha em vista decorar com mármore, estendendo-o assim para a parte das Chagas tanto quanto era preciso para a sua cabal simetria na fachada sobre o Terreiro.

O frontispício de mármore, segundo Vilhena Barbosa,⁽²⁾ foi fabricado por ocasião do casamento do mesmo Duque em 1603; mas sendo ele uma obra de longos trabalhos, deviam estes começar muitos anos antes ou af por 1590.

Com efeito, chamados hábeis architectos, determinou D. Teodósio II formar na fachada três galerias pelo gosto da architectura grega, sendo a primeira de ordem dórica para o andar rasteiro, a segunda de ordem jónica para o andar nobre e a terceira de ordem coríntia para o segundo andar que não existia até ao seu tempo, ficando todas as janelas e portas divididas em número de vinte e três em cada galeria por pilastras com a sua base, assim como separada cada galeria pela sua cimalha. Porém o andar superior ou segundo alto não ficou acabado por morte do autor desta grandiosa obra sucedida em 1630, porquanto Figueiroa no seu *Epítome das Festas do Casamento do Duque D. João II*, que teve lugar três anos depois, descrevendo os Paços do mesmo Duque representa os andares rasteiro e nobre como são presentemente, mas chegando a falar do segundo alto, diz assim: "*O terceiro andar é Coríntio; tem vinte palmos de altura; não está dele acabado mais que a meia parte com tre*

(1) Capítulo 49.

(2) *As cidades e vilas, etc.*, volume 3, pág. 179.

ze janelas "⁽¹⁾

As três últimas janelas das treze referidas ficaram no centro da fachada mostrando por cima a forma de arco e não a quadrada como as mais e, além disso, têm de cada lado um edículo ou nicho quadrilongo, sem dúvida reservado para ali serem colocadas algumas estátuas.

Sucedendo a D. Teodósio II em 1630 o Duque D. João II, que em 1640 foi aclamado Rei de Portugal, não pôde este no decénio do seu governo ducal estender para o norte o resto da terceira galeria de mármore com as dez janelas e pilastras coríntias que lhe faltavam porque em 1635 meteu-se a reedificar a Igreja de Santo Agostinho e a formar no seu cruzeiro e capela-mor o panteão ou jazigo da sua família, como estava decidido e recomendado já por seu pai e avô.

Assim, pois, ficou situado o Paço Ducal quando o Restaurador da Monarquia transferiu a sua casa de Vila Viçosa para Lisboa.

Vivia nesta época o Paulista Frei Manuel Calado e por isso julgo a propósito registar agora a descrição que ele nos deixou do Terreiro do Paço e particularmente das duas faceiras, ocidental e setentrional, ocupadas pelo mesmo Paço. Veja-se:

"O Terreiro do Paço... he feito em quadrangulo todo plano, e tão espacioso que se pode n'elle formar um campo de seis mil homens; o qual está repartido n'esta forma. Huma das quadras occupam os Paços dos Duques de Bragança, cujas paredes no exterior são feitas de pedra de cantaria, mármore e jaspes de Estremoz,⁽²⁾ os quaes alli se criam n'aquella villa⁽³⁾ e seu contorno em grande abundancia; e estas pedras são todas lavradas à escoda, e tão lisas e resplandcentes que parecem espelhos; e postas com tanto primor, e assentadas com tanto artifício que sendo muchíssimas e com muitos lavores e molduras e frisos que a arte ensina, parece que he uma só pedra, segundo estão inxeridas umas com outras. A frontaria d'estes Paços está toda cheia de janelas, cujas portas são verdes, como tambem he a librê d'aquelle Casa por o direito e aução que os Duques de Bragança teem na corôa e sceptro do Reino de Portugal. No meio d'esta frontaria está uma escada por onde se sóbe às sallas, com tres recebimentos largos, e espaçosos em tres voltas que faz até a entrada nas sallas; e nas paredes está pintada a guerra d'Azamor com muito primor e subtileza, e o tecto todo de paineis de óleos fi

(1) Página 3.

(2) Cadornega chama-lhes de Nossa Senhora das Mercês que é situada ao pé da Vigária, onde foram cortados. Ali é território de Montes Claros, hoje concelho de Borba.

(3) Viçosa. Calado escrevia no Brasil.

nos, como tambem o estão os tectos das mais sallas e aposentos. No meio e alto do frontispício d'estes Paços está o escudo das Armas Reaes de Portugal⁽¹⁾ esculpido em uma brunida pedra branca e preta, com tanta subtiliza e arte que demonstra o primor e artifício de quem a lavrou; e em hum dos angulos d'este frontispício está hum arco por onde se abre espaçoso caminho para o Reguengo, que he um jardim plantado de muitas exquisitas arvores, regado com muitas fontes e engenhos d'agua, com muitas ruas largas e compridas, cujas paredes são de murta miuda com muitas e diferentes figuras, para cujo ministerio tem alli o Duque jardineiros mui primos na arte de suas curiosidades; tem alli um lago de agua nascidiça com muitos peixes, e outras noras e poços, dos quaes se tira a agua com engenhos para isso feitos,⁽²⁾ com a qual se regam as partes aonde as aguas correntes não podem chegar. Tambem por este Arco se abre caminho para o commum serviço do Paço antigo⁽³⁾ e para a Cappella... .. Tambem por aqui se abre caminho para todas as officinas da Casa de Bragança, que são muitas em número, por o grande tráfego dos ministros e officiaes da casa. Tambem alli está um bisarro jogo de péla, aonde os mancebos Fidalgos vão por as tardes fazer exercicio, e as Damas de huma espaçosa janella vem a tomar allivio de dentro do Paço, entretendo-se com as duvidas e refertas dos jogadores; porém sempre com ellas se acha um dos porteiros das Damas, que he o que lhe abre a janella.⁽⁴⁾

O outro quadro deste terreiro ocupa o Jardim das Damas,⁽⁵⁾ o qual está por a parte de dentro terraplenado e n'elle plantadas muitas arvores e cantheiros de varias flores e bonitas; e as paredes todas cheias de janellas, nas quaes se vem assentar as Damas no dia em que se fazem festas no terreiro, aonde os cavalleiros vão fazer suas continencias às Damas e abater suas lanças àquellas a que são afeiçãoados ou conjunctos em parentesco e obrigação; e no fim d'este jardim estão tres janellas, duas ordinarias e uma ras-

(1) Já não existe este escudo.

(2) São duas as noras antigas. Hoje, porém, contam-se três com a da horta das Chagas, anexada ao Reguengo nos nossos dias.

(3) O de D. Jaime ou a maior parte dele.

(4) Este jogo de péla devia ser talvez o picadeiro actual. Hoje é impossível reconhecê-lo.

(5) É o que se chama agora Jardim do Bosque. Figueiroa chama-lhe Jardim da Senhora Duquesa.

gada com seu balcão, por as quaes entra luz a huma casa de prazer⁽¹⁾ aonde Sua Alteza a Senhora D. Catharina se vinha sentar com suas Damas algumas tardes de verão, para se entreter com ver passar a muita gente que ordinariamente entra por aquella rua, quando vem de Borba, Estremoz e outras villas circunvizinhas, e a muita que tambem sahe da villa a tomar refresco ao contorno das Igrejas de S. Bento e S. Jeronymo... .. E tinha Sua Alteza grande allivio e regalo em perguntar aos que passavam, e principalmente às mulheres que hiam e vinham de romaria, quem eram e aonde moravam e outras mais cousas.⁽²⁾

Logo após estas janellas, mais hum pouco arriba, estava a porta dos Nós com as Armas Reaes com huns nós corridos feitos de pedra e huma letra que dizia: - Depois de Vós. E por baixo d'estes nós outros cegos nos batentes da portada com huma letra que dizia: - Depois de Nós, para significar o que se segue: Depois da pessoa Real nós somos os primeiros na grandeza e na pretensão do Reino; e todos os outros Duques, Marquezes e Condes são depois de nós.⁽³⁾

Por esta parte dos Nós se entra tambem para a Cappella e para um terreiro rodeado de casas, a que chamam a Ilha; e para a cosinha do Duque e mais dispensas que servem para este ministerio. E a hum lado estão as estribarias dos cavalloos, aonde ordinariamente estavam duzentos afóra outros que estavam em outras estribarias; e em outras, muitas mulas e azêmolas para o serviço da casa.⁽⁴⁾

António de Oliveira Cadornega, contemporâneo de El-Rei D. João IV e mais novo do que Frei Manuel Calado, fazendo também a sua descrição do Paço Ducal nada adianta do que deixou escrito o último. A respeito das pinturas e quadros da escada principal, diz:

"Alli se vê a tomada de Azamor..... e a D. Fernando, Marquez de Villa Viçosa com grande acompanhamento de cavalleiros de sua casa, levando consigo tres filhos mancebos que davam mostras de raro esforço, na era de 1459, le-

(1) É a casa que se chama agora de Lisboa, dizendo-se que ali aguardara a Duquesa D. Luísa as novas da revolução de Lisboa no 1º de Dezembro de 1640. A janela de balcão ou sacada é para a avenida ou rua de Borba e as duas de peito para o Terreiro do Paço, ficando-lhe agora por baixo o Chafariz de El-Rei. Para melhor frontispício deste levantou-se uma terceira janela do muro do jardim, parecendo por isso que a dita casa tem ali três.

(2) Isto de alguma sorte contrasta o que Venturino, atrás citado, conta da mesma D. Catarina. Disseram-lhe que era muito orgulhosa e que rejeitava o tratamento de Senhora Duquesa, exigindo que lhe chamassem Senhora D. Catarina, como sendo alguma coisa mais.

(3) Hoje não se vê ali escudo algum de Armas Reais, nem inscrições, mas somente a portada com os nós.

(4) Valeroso Lucideno, pág. 97, edição de 1648.

vando-o lá o serviço de seu Rei e a fama de D. Duarte de Menezes, capitão de Alcacer-quivir, publicando ia só buscar a fama de ser seu soldado; e querendo elle ceder o bastão ao Marquez, o não consentiu, agradecendo a cortezia que com elle usava como a pessoa real e o acompanhou sempre em muitas entradas que fizeram, achando-se nos mores riscos com seus filhos, como se pôde ver na Vida de D. Duarte de Menezes, fl. 123.

Alli se vê tambem como entrou em Alcacer D. Fernando primogenito do Duque de Bragança no anno de 1462 com luzido acompanhamento de creados e cavallos de sua casa, levando mil soldados pagos à sua custa; pelo quê mereceu o titulo de Duque de Guimarães...

Vê-se tambem o Duque D. Theodosio II com grande comitiva acompanhando a El-Rei D. Sebastião na infeliz jornada d'Africa com grande acompanhamento de soldados e fidalgos... Outras muitas pinturas estão pelas paredes d'aquella escada ⁽¹⁾.

Diz mais noutro lugar que El-Rei D. João IV, sendo ainda mero Duque accomodou o Colégio dos Reis onde agora está a casa do jantar e que a fábrica de vidros funcionava ao pé do tanque grande.

Completando a noticia do Paço Ducal na época de 1640, resta-me lembrar que as paredes interiores eram simplesmente caiadas, tendo algumas salas rodapé de azulejos; mas os tectos eram adornados com pinturas e havia alguns fogões ricos de mármore lavrado. Os pavimentos eram de ladrilho; não se usavam soalhos de madeira, nem escadas que não fossem de cantaria ou cimento para se evitarem os perigos de incêndio. Mas por isso não se creia que o Paço era menos ornado e luxuoso do que agora: pelo contrário, ostentava uma imensa riqueza porque as paredes estavam cobertas desde o chão até à cornija com preciosíssimas armações de panos de Arrás, damascos, veludos, telas e brocados e os pavimentos eram alastrados com alcatifas do melhor gosto que então se conhecia.

Pode ver-se na Primeira Parte como estava ornamentado nas bodas de D. Teodósio II e em semelhantes ocasiões.

(1) Descrição de Vila Viçosa, escrita em 1683. Dela existe uma cópia na Biblioteca de Évora e é o código C III/1-23.

Os quadros mencionados não existem já, mas somente a tomada de Azamor pintada a fresco em três painéis da escada.

Desde 1640 até ao tempo de El-Rei D. João V o Paço do Reguengo, no tocante ao seu material conservava-se no mesmo estado, reduzindo-se a meras reparações as obras ali feitas neste meio tempo como de casa que não era vista pelo seu dono.

Disse no tocante ao seu material, pois quanto à mobília, alfaias e decorações foi levada a maior parte para Lisboa onde já não havia nos Paços da Ribeira com que preparar aposentos dignos de um Rei. Para lá mandou o Restaurador da Monarquia transportar o melhor que tinha no seu Paço de Vila Viçosa; e tanto era e tão precioso o têm considerado que ainda hoje resta muita coisa em Lisboa e no Rio de Janeiro desde o tempo de para lá emigrar D. João VI. Isto se evidenciou em Novembro de 1881 quando El-Rei D. Luís, por ocasião de hospedar o Rei de Espanha, mandou restituir à sala dos Tudescos os quatro reposteiros de veludo carmesim com bordaduras de ouro fino, os quais vieram fazer a admiração de quantos então os analisaram.

El-Rei D. João IV só tornou a Vila Viçosa em 1643 e seus filhos D. Afonso VI e D. Pedro II nunca puseram cá os pés.

A esta época de abandono se refere a gravura da perspectiva do Paço que se encontra no volume IX do Panorama;⁽¹⁾ e pena é que o autor do artigo em que ela vem exibida não nos explique o ano em que foi desenhada ou em que livro ou papéis a descobriu, limitando-se a declarar que representava o Paço "como era antes das últimas obras". Assim, pois, fiquei entendendo que essas últimas obras eram as de D. João V...

Comentando a dita gravura, advertirei que ela nada tem de perfeita na execução, como pode verificar-se à vista do original não alterado.

Parece que o desenhador se colocou na varanda de Santo Agostinho e daí traçou como pôde a perspectiva que antolhava.

Um dos seus principais defeitos é unir a extrema direita do Paço com o Convento das Chagas quando aí há um intervalo grande.

Mostra no terceiro andar duas janelas, dezasseis no segundo e vinte e cinco no andar nobre, quando em 1663 ainda não existia o terceiro andar, tinha só treze janelas o segundo e vinte e seis o primeiro, entrando nesta conta duas de sacada sobre o jardim do Bosque fora do frontispício de mármore e uma pequena e supranumerária da parte das Chagas.

(1) Pág. 57, ano de 1852.

Nos quartos novos, que olham para o sul, há três andares com quatro janelas cada um.

Na mesma direcção vê-se por detrás do cotovelo um edificio com o seu campanário que ou era o Colégio dos Reis do tempo de D. João IV ou a Capela Real, o que já se acha transformado.

Vê-se também na direcção do picadeiro uma torre estreita ou atalaia muito alta com as suas janelas, que da mesma sorte não existe já.

Repito: é pena que ficasse ignorado o ano em que foi executado aquele desenho, ainda que não representou com exactidão a arquitectura de janelas, pilastras, cimalhas e frisos.

V

Quando o Rei Magnânimo e neto de D. João IV veio no ano de 1716 cumprir um voto que fizera à Padroeira do Reino e se hospedou no Paço Ducal, a sorte deste mudou completamente, passando a considerar-se casa com dono e dono tão cioso dela que a estimava a par dos seus avós.

D. João V revolveu e melhorou tudo como se fôra um Duque de Bragança com domicilio fixo na sua casa solar.

A galeria do segundo andar, que estava feita só até ao meio da fachada, foi continuada para o norte até ao Paço velho de frontaria de cimento, sem se alterar a traça da ordem coríntia, isto é, fizeram-se-lhe as dez janelas que faltavam.⁽¹⁾ Os tectos das principais salas foram todos renovados e pintados pelo hábil pintor francês Pedro António Quiellard⁽²⁾ que o Rei chamara para as suas obras. Os frescos da conquista de Azamor na escada, os tectos das salas dos Tudescos, das Virtudes, de Hércules, de Medusa foram inteiramente reformados e pintados e assim mesmo os painéis dos altares da Capela Real que o mesmo Rei reedificou quase inteiramente.

Fez a torre da mesma Capela e pôs ali um carrilhão de oito sinos com um relógio de horas, quartos e ponteiros em quatro mostradores, etc.

(1) Posto que não o encontre assim explicado em livros ou manuscritos, é este o meu parecer. De mais: encontrei em Notas uma procuração de Lourença das Neves a seu marido José de Oliveira, mestre e pedreiro de cantaria das obras do Paço desta vila, passada em 5 de Janeiro de 1722 e julgo que nesta época lhe fez a dita meia galeria.

(2) Vilhena Barbosa, lugar citado.

Na Ilha fez ou renovou uma grande cavaleriça que tem mangedouras de mármo re e um poço dentro, com celeiro de cevada e palheiro em cima; item o edifi cio das Cocheiras com três largas portadas, etc.

Estas obras foram realizadas principalmente por ocasião do casamento do Príncipe D. José no ano de 1729 e ainda continuaram depois disso.

D. José I completou algumas obras que não puderam acabar-se no tempo de seu pai. As mais notáveis são as seguintes. Fundou os chamados *Quartos novos* ou *Reais* onde modernamente se aposenta El-Rei, a Rainha e os Infantes, reformando parte do Paço velho de D. Jaime constante ali de duas casas cujas rasteiras ainda subsistem e acrescentando-lhes mais duas janelas. A frontaria desta faceira setentrional ficou de cimento mas com janelas de sacada em dois andares. A esquina do Jardim do Bosque fabricou o grande *Chafariz de El-Rei* abastecendo-o com água da cascata das Amazonas e outros mananciais em que abunda aquele primoroso sítio; e levantou jonto ao olival do Colégio dos Reis a maior de todas as cavaleriças que por ali se admiram, mas com tecto de tabuado. Tem esta duas portas nos topos e outras duas laterais no meio e foi por aí dividida em duas partes quando lhe reconstruíram o tecto devora do por um incêndio em 1853. Cabem lá quatro companhias de cavalos.

D. Maria I, por ocasião da troca das Princesas em 1784, realizou ainda neste Paço obras muito importantes. Acrescentou com mais uma ordem de casas nos três andares (rasteiro, nobre e alto) os *Quartos novos*, continuando a prolongá-los para o nordeste pelo Jardim do Bosque. Conhece-se este acrescentamento olhando para as últimas duas janelas dos ditos quartos, as quais (pena é) se acham mais distanciadas, não guardando a simetria nesta parte.

Fez também a grande casa do jantar sobre o Jardim das Damas e replantou em 1787 o *jardim grande* que ainda em buxo deixa ler aquele ano num dos seus quarteirões.

Mas a principal obra desta Rainha foi edificar na traseira do frontispício de mármore o segundo andar alto desde o meio até tornejear com os *Quartos novos* e pôr-lhe no centro, sobre o *Terreiro do Paço*, em terceiro andar a chamada *casa dos alfaiates* com três janelas de peito e frontaria de estuque fingindo mármore como o daquela fachada. É no píncaro deste que se arvora presentemente o estandarte Real em dias de gala ou quando se acha aqui a Real Família. Mas ali já existiam casas como atrás vimos na gravura antiga que traz o *Panorama*.

Depois disso não consta que se efectuassem ali obras importantes e apenas se memora a transformação do altar-mor da Capela Real em 1806 e anos seguin-

tes, governando já o Príncipe Regente D. João VI, e a construção de um peque no prédio no fim do picadeiro onde passou a residir o Almojarife António Pedro dos Santos Pinto.

Como gosto de arquivar documentos, darei agora um extracto do manuscrito intitulado *Memória de algumas obras e palácios que fizeram os ... Duques de Bragança, especialmente dos Paços de Vila Viçosa*. É anónimo do princípio deste século ou fins do precedente. Possuem-no várias pessoas desta vila.

"D. João V, Rei. - El-Rei D. João V ampliou a Real Capela acrescentando -lhe o Coro para os muitos Ministros que admitiu além do número antigo; man dou fazer as capelas da Santíssima Trindade (hoje do Santíssimo Sacramento) e a da sacristia: adornou a mesma Capela de quantas alfaias e ornamentos precisos se vêem hoje; mandou fabricar a torre e para ela mandou o relógio e quantos sinos hoje tem. Reedificou o palácio de Vila Viçosa e na sua gale ria ou sala Real colocou os retratos de todos os Duques e Senhores da Sere - níssima Casa de Bragança; mandou fazer as ocharias que tem porta no claus - tro da Capela, as cocheiras que estão pela Ilha, e as casas ou edifício que serve para recolher palhas e cevada.⁽¹⁾

El-Rei D. José I - El-Rei D. José I mandou reedificar em Vila Viçosa o quarto do Paço, chamado antigamente o Paço Velho; reedificou também o Colégio dos Reis, fazendo-o quase de novo e acrescentando-o; mandou fazer a cavaleriça grande que está junto do Olival d' El-Rei.⁽²⁾

Esquecia o chafariz do Terreiro do Paço que é obra do mesmo tempo.

A Rainha D. Maria I - A augusta Rainha D. Maria I mandou acrescentar em Vila Viçosa no chamado Paço Velho o Quarto Novo. O último andar do Paço des de a escada Real até tornejear com o Paço Velho também é obra sua e da mesma sorte a Casa do jantar, além d' outras renovações em quase todo o Paço "

(1) Entendo que o dito edifício ou cavaleriça foi reedificação, aliás não se conheceriam na Ilha cavaleriças do tempo dos Duques além de três mais distantes, hoje em ruínas.

(2) O Olival de El-Rei é junto ao Carrascal. E, posto que aquele seja também da Casa de Bragança, melhor é chamar-lhe do Colégio dos Reis, ao qual o doou D. Teodósio II.

Em 1808 rompeu a Guerra Peninsular, sendo logo naquele ano distraída muita mobília do Paço. Em 1809 passou este a servir de hospital de sangue e tão abandonado esteve com o Príncipe Regente fugido para o Brasil que chegou a não ter portas na entrada principal... De roupas, alfaias e mobília pouco restava ali ao cabo daquela guerra.

Fizeram-se-lhe, depois da paz geral, os consertos precisos e assim continuou o Paço esquecido por seus donos por efeito das nossas guerras civis.

Só em 1843 veio cá a Rainha D. Maria II. Gostou muito do Paço e da Tapada. Mandou reformar os telhados do Paço e fazer novo pavimento de madeira à casa do jantar, gastando ainda assim mais de três contos de réis.

Em 1853 formou-se junto aos tanques de El-Rei, no Reguengo, um jardim quadrado, cujos muros foram abatidos mais de vinte anos depois inutilizando-se um grande e lindo pórtico para o dito Reguengo em frente da avenida do Arco.

Isto, porém, eram obras gizadas pelos Administradores Gerais sem que os Reis interviessem nelas visto durar ainda o esquecimento do solar dos Braganças.

Cessou esse esquecimento e quase abandono em 1860 com a visita de El-Rei D. Pedro V ao Alentejo. Ver este soberano o palácio de D. João IV e caçar uma vez na Tapada Real foi incarnar-se-lhe imediatamente uma extremosa dedicação pelo solar dos seus avós. Dois meses depois da sua primitiva visita voltava à província unicamente com o fim de recrear-se aqui e avaliar mais detidamente as excelências desta casa. E antes de se completar um ano vinha com os Infantes D. Fernando e D. Augusto distraír as mágoas da ausência da mana que se desposara com o Príncipe Leopoldo de Hohenzollern e dos outros dois Infantes que a tinham ido acompanhar até à Prússia. Tanto gosto lhe dava uma diversão a Vila Viçosa!

Pouco depois adoecia e morria o jovem Rei deitando-se poeira nos olhos do povo com a patranha de ter contraído umas febres paludosas na nossa vila ou no trajecto a Lisboa por Santarém...

Em bastantes projectos de melhoramento do Palácio e Tapada se falou então; porém poucos se realizaram porque o jovem Rei não teve tempo de os pôr em obra.

Até 1867 continuou esquecido outra vez o solar dos Braganças. Neste ano, porém, veio El-Rei D. Luís com a Rainha e esta ficou profundamente enamorada

da sua formosura formando logo tenção de amiudar as suas visitas à nossa terra. Por isso mesmo começaram logo no ano seguinte a fazerem-se grandes remessas de mobília; dividiram-se em pequenos compartimentos a maior parte das salas interiores que em geral eram espaçosas, a fim de acomodar grandes comitivas de convidados; talharam-se novos corredores para o serviço interno sem ficarem devassados os aposentos; dispuseram-se novas latrinas em vários pontos; assentaram-se bombas de pressão em dois poços dos extremos para haver água com abundância em todos os andares; multiplicaram-se as camas e roupas, etc.; e no pavimento do rés-do-chão organizaram-se quartéis para a guarda militar de honra.

Antes de 1880 chegaram já a hospedar-se no Paço, contando os criados da Casa Real, hóspedes, servos destes e a tropa, mais de quinhentas pessoas.

Para este número poder ainda ser elevado, partiram-se em Novembro de 1881 as salas da traseira do andar nobre desde a sala de Medusa até à varanda que está sobre o arco da comunicação para o Reguengo. Eram as que ainda estavam por dividir, não falando na sala de Medusa que serve para ajuntamento de hóspedes em horas vagas, e as salas principais das recepções da Família Real. Tratava-se agora de hospedar El-Rei de Espanha Afonso XII e a Rainha sua mulher com grande comitiva de fidalgos e criados seus e por isso mesmo vieram de Lisboa novos lustres, alcatifas, bufetes, camas, armários, cadeiras, etc., ficando o Paço repleto até não mais de mobília, alfaias e utensílios. A sada dos Tudescos teve as paredes forradas de "lin crust", assim como a do bilhar; as mais foram alindadas com papéis de bonitas pinturas ou armações de drogas, tanto no primeiro como no segundo andar, e tudo mobilado com profusão e bom gosto.

Com isto remato a notícia histórica do Paço declarando contudo que nenhuma casa se têm feito de novo: repartir, dispôr e mobilar aposentos, eis em que se resumem as obras dos últimos tempos.

Resta-me juntar à parte histórica a descritiva deste Paço na forma do costume que tenho trazido até aqui.

O Terreiro, que o precede, é um quadrilátero quase igual ao de Lisboa. Foi emparelhado melhor nos fins de 1881; formaram-se-lhe passeios ao redor e uma avenida pelo centro em frente da porta principal do Paço e collocaram-se marcos de pedra com dezasseis candeeiros para poder ser iluminado. Antes disso havia só quatro diante da frontaria de mármore.

No lado occidental, olhando para o oriente ou nordeste, fica o dito frontispício de mármore; no do norte estão os Quartos Novos dentro do Jardim do Bosque; ladeia-o pelo oriente o convento e igreja de Santo Agostinho, panteão dos Braganças; e ao sul ostenta-se o Palácio do Bispo (residência actual dos Almojarifes) e o convento das Chagas. ⁽¹⁾

Vê-se já, pois, que o Paço com as suas dependências ocupa duas faceiras do Terreiro. Na primeira descrita o frontispício de mármore toca no mesmo Terreiro ficando-lhe na rectaguarda o picadeiro (já convertido em jardim de tangerinas e limoeiros), o jardim das Damas ao norte e ao sul o grande com buxo, laranjeiras e limoeiros, um quarteirão posterior do Paço, os tanques, o Reguengo e já fôra dos muros deste o Olival de El-Rei. Na segunda faceira descrita é o Jardim do Bosque com as suas janelas que borda o Terreiro, tendo na extremidade (oriental) o Chafariz de El-Rei com a Casa de Lisboa por cima. Detrás dele, ou dentro, além dos Quartos Novos está a torre da Capela; mais atrás a Ilha com o Colégio dos Reis, cavalariças, cocheiras, picadeiros (o Real e grande com porta para a estrada de Borba e outro pequeno ao poente da cavaleriça média), um aquartelamento e por último o olival do Colégio dos Reis que se liga com o Reguengo.

No cotovelo das duas faceiras acha-se interiormente a claustra da Capela com colunas pequenas oitavadas e capitéis manuelinos e um jardim de buxo no meio com a sua fonte de repuxo. Aí estão as portas da cozinha, mantearia e outras oficinas e uma grande portada para a Ilha.

Depois desta vista geral amudemos a descrição.

Enquanto à frontaria principal ou de mármore pouco tenho a dizer visto

(1) Deste lado, que é o menos faustoso, publicou-se uma gravura, posto que não perfeita, na Ilustração, vol. 2, nº 6, ano de 1846.

que já disse não pouco. Ali há vinte e três janelas ou portas, verdadeiras ou fingidas, nos andares rasteiro, nobre e segundo; e três somente no terceiro, coroados a fachada. Ainda o andar nobre tem ao sul uma janela pequena a mais, notando-se nisto uma irregularidade posto que insignificante; e ao norte estão mais duas de sacada já dentro do jardim do Bosque, onde não continua a frontaria de mármore; e por cima destas duas estão outras fingidas por causa da simetria com os Quartos Novos que aí começam no cotovelo.

As janelas do pavimento rasteiro têm cimalthas horizontais; as do andar nobre são triangulares; e as do superior de volta redonda sobre base horizontal, exceptuando as três do centro que são de arco singelo, como dito é.

As pilastras, em cada galeria, constam de base, fuste e capitel conforme as suas ordens de arquitectura clássica - dórica, jónica e coríntia. As três janelas do terceiro andar são de ordem compósita com ornatos por cima e aos lados.

No andar rasteiro há quatro arcos singelos. No do norte, que tem portão de ferro, é a comunicação para a Capela, jardins interiores e Reguengo; no seu imediato é a porta principal do Paço; passada uma janela está logo o terceiro com uma outra porta principal fingida; e quase no extremo do sul é o quarto, reduzido porém (com cantaria no vão) à pequena portada das Casas Novas.

Entrando pela escada principal, que se conserva no seu antigo estado, sobe-se ao andar nobre por vinte e sete degraus divididos em três lanços com os seus patamares, e que têm 3,32 metros de comprimento. É de mármore branco e azuis o rodapé com a altura de 1,60 m. Daí para cima até à cornija, as três paredes interiores estão mostrando quadros a fresco da tomada de Azamor pelo Duque D. Jaime. No patamar de cima fica à mão direita uma balaustrada de mármore azulado e topa-se entre duas janelas do frontispício um sátiro de bronze dourado a servir de candeeiro para três velas - uma na cabeça e duas nas mãos. É antiquíssimo e já o menciona Figueiroa na sua descrição.

Voltando à mão esquerda, entra-se na sala dos Tudescos ou sala grande em cujo tecto por cima da cornija se admira a excelente galeria dos Duques de Bragança que D. João V mandou pintar por Quiellard. Lá no fundo está em primeiro lugar o retrato de El-Rei D. João I e à sua direita o do Condestável D. Nuno Álvares Pereira como troncos da dinastia Brigantina; seguem-lhes num só quadro o primeiro Duque de Bragança, D. Afonso, com sua mulher D. Beatriz Pereira; depois (pelo interior da sala) D. Fernando I, 1º Marquês de Vila Viçosa e 2º Duque de Bragança; D. Fernando II, o degolado em Évora;

D. Jaime pegando num ceptro como herdeiro presuntivo de El-Rei D. Manuel em tempo do seu primeiro matrimónio; D. Teodósio I; D. João I; D. Teodósio II; e D. João II que foi Rei com o nome de D. João IV está no topo da entrada olhando para El-Rei D. João I. Seguem-se à sua direita seus três filhos D. Teodósio III, D. Afonso IV, como Rei, e D. Pedro II. Depois está D. Isabel, filha do primeiro matrimónio do último nomeado e D. João, filho do seu segundo toro, o qual morreu menino e se acha por isso representado num berço. Segue-se El-Rei D. João V; D. Maria Bárbara, sua filha, que casou com Fernando VI, Rei de Espanha, e seu irmão D. Pedro que faleceu de curta idade (ambos num só quadro); e por último está D. José, sendo Príncipe Real. Cada um destes quadros tem dois metros e quarenta por banda, excepto os dos ângulos da sala que são mais estreitos em baixo e muito mais em cima.

Em tempo de D. Maria I começou-se uma nova galeria de quadros para ela e seus descendentes se acharem também ali representados. Acham-se pendentes por baixo da galeria de D. João V e já lá se têm visto os seguintes: 1º - de D. Maria I; 2º - de D. José, seu filho, Príncipe do Brasil; 3º - de D. João VI; 4º - de D. Miguel I. Este último foi apeado em 1834 e substituído pelo de seu irmão D. Pedro, 1º Imperador do Brasil, que todavia tem direito a ser ali representado porque de direito e de facto foi Duque de Bragança até 29 de Agosto de 1825. Depois disso nenhum outro quadro tem sido mandado para a nova galeria e, pelo contrário, durante a visita do Rei de Espanha em Janeiro de 1882 foram removidos todos, exceptuando o do Príncipe D. José por não poderem figurar ao pé dos pintados por Quiellard.

Esta sala mede 20,80 metros de comprimento e 7,80 de largura; tem cinco janelas para o Terreiro; pendem-lhe do tecto três magníficos lustres de cristal; as suas paredes estão revestidas com um cartão prensado semelhante couro e chamado "lincrust" da côr de castanho escuro, como são desde 1881 as janelas e portas do Paço; o pavimento é assoalhado de madeira e em redor das paredes há cadeiras e canapés com assento de couro estofado e aparadores, tudo torneado no gosto dos antigos.

A sala dos Tudescos segue-se, ao longo do frontispício de mármore, a das Virtudes, assim chamada porque no seu tecto apainelado se vêem pintadas as virtudes teologais e morais. É quadrada com oito metros por banda e duas janelas para o Terreiro. Servia antigamente de ante-câmara aos Duques. As suas paredes são revestidas com papel de lavoires, côr de cobre, e o chão alcatifado. Chamam-lhe hoje sala do piano porque está ali um de cauda de Herard. A sua mobília é de pau-ferro ou Brasil no gosto antigo e tem boas ca-

deiras com estofos e damascos.

Em seguida está a sala de Hércules, assim chamada por ter pintado no tecto aquele herói matando com uma acha o leão do bosque de Nemeia. Mede treze metros de comprimento sobre seis e meio de largura; tem três janelas para o Terreiro e fica sobre o Arco da porta de ferro que dá comunicação para o Reguengo, etc. Esta sala, que costumava servir de câmara aos Duques, tem igualmente as paredes revestidas com bons papéis pintados, mas costuma ser armada com panos de Arrás do tempo de D. João V quando cá vem a Família Real. Hoje serve para jogos e passatempos de serão.

Depois está a câmara grande dos Duques, chamada agora sala do bilhar, com duas janelas de sacada para o Jardim do Bosque e frontaria branca de cimento. Antes de Novembro de 1881 não estava ali fogão algum e só então a dotaram com um magnífico de uma sala da traseira do quarteirão do sul. As suas paredes estão revestidas com "lincrust" de côr verde como o da sala dos Tudescos exceptuando a cor. Tem tecto de abóbada com pinturas, mostrando assim que é uma construção do tempo de D. Jaime.

Acabam aqui as salas principais, todas com fogões, lustres, alcatifas, reposteiros, boa mobília, variado tudo, mas com riqueza e bom gosto.

Segue-se no cotovelo uma sala vaga que pode chamar-se do entroncamento porque para a mão direita estão os Quartos Novos ou Reais e para a frente vai-se para a Capela, para a casa do jantar e para a traseira do frontispício principal e do secundário.

Falemos dos Quartos Novos. No andar nobre aposenta-se El-Rei, a Rainha e os Príncipes se ainda são meninos e o segundo ou alto é destinado a Infantes. Estes aposentos são os mais belos e cómodos, tanto por ficarem dentro de um formoso jardim, como por estarem recebendo o sol da manhã até ao meio dia. São oito as janelas de cada andar; quatro pertencem aos aposentos de El-Rei e as seguintes aos da Rainha e todas têm agora vidraças duplas e inteiriças de dois metros de comprimento e 0,60 m de largura em cada meia porta. El-Rei tem escritório, sala e câmara; e a Rainha sala e duas câmaras para si e seus filhos, se são pequenos. Na última estão escadas para o Jardim do Bosque e por detrás ficam extensos corredores com quartos para Damas e servas. Estas salas têm armações de droga, compreendendo tectos e paredes, mobília melhor do que a dos outros aposentos e fogões com grandes sofás, cadeiras de recosto, mochos redondos sem espalda, etc. em redor.

A última sala em continuação das principais do primeiro frontispício é chamada sala dos órgãos desde antigos tempos; limita com a Capela e tem es

cada para a claustro desta e corredor chamado antigamente rua da varanda. Não descendo porém abaixo, volvamos à mão esquerda para vermos a casa do jantar. É precedida por uma outra em que costuma tocar uma filarmónica às horas da comida; tem de comprimento 20,80 metros e de largura 8; nos topos há dois fogões sem cantarias construídos em 1880; o tecto é de pinturas onde se vê uma aurora rompendo entre nuvens e Neptuno saindo das águas do mar; sobre o pavimento de madeira estende-se a mesa geral ao longo do centro; do tecto pendem três grandes lustres de pontas de gamo e veado e pelas paredes estão distribuídas muitas placas da mesma espécie; ao redor em baixo, entre as portas e fogões, tudo são aparadores. Esta sala recebe a luz do meio-dia por cinco portas envidraçadas com bandeiras ou frestas por cima, podendo estar abertas em dias amorosos porque dizem para uma varanda com descida para o Jardim das Damas. Adiante dela, ou para o poente, segue-se a casa da copa de tamanho quase igual e outras no quarteirão posterior do Paço ao longo dos tanques, hoje divididas em pequenos compartimentos para quartos de copeiros menores. Ao norte, sobre o tanque grande, é o edificio dos cozinheiros, etc., etc.

Tornando ao cimo da escada principal, volvamos à mão direita como já volvemos à esquerda. Aí são aposentos para pessoas de qualidade, constando alguns de três casas, duas pelo menos, a saber: sala de visitas e quarto de cama. No centro deste quarteirão austral acha-se a sala de Medusa, atravessando-o; tem duas janelas para o picadeiro na rectaguarda e outras duas na frente para o Terreiro do Paço, das quais uma, em vez de peitoril cerrado, tem-no aberto com grades ou balaústres, o que acontece com uma outra do mesmo quarteirão sendo isso outra irregularidade pouco sensível. Esta sala de Medusa é própria para reuniões de hóspedes em horas vagas e muito formosa e aprazível por ter vistas para a vila e para o campo; tem um belo fogão de mármore azuis e brancos decorado com o Brasão Ducal, rodapé antigo de azulejos e soalho moderno de madeira sobre os ladrilhos como a sala dos Tudescos; e o seu tecto apainelado contém excelentes quadros de pintura histórica.

Quartos de senhores em cima e de criados nas lojas e sobrelojas, eis em que se resume a serventia deste quarteirão do andar nobre. Na frente acomodam-se alguns sete personagens e outros tantos ou mais na traseira.

Vejamos o segundo andar do frontispício principal. Aí há quarenta e dois aposentos, mais ou menos espaçosos porque se acomodam também nele Duques e Marqueses. Tenho aqui a declarar que desde o extremo sul até por baixo da casa dos alfaiates ou correspondente à escada principal, este segundo andar

tem quartos para o Terreiro do Paço e para a rectaguarda, mas daí para o norte não os tem na frente porque os tectos da sala dos Tudescos e seguintes são muito elevados e tomam o espaço: está ali apenas um corredor sobre o muro externo com as janelas rentes do pavimento e que por isso mesmo foram dotadas com um peitoril de grades de ferro. Na rectaguarda, sim, tudo são quartos de hóspedes com janelas para o picadeiro.

No terceiro andar há casas para a frente e para a rectaguarda. Aí vai dar uma escada antiga de caracol que parte da traseira do andar nobre.

Para o segundo andar há outras modernas com degraus de madeira e uma antiga de mármore, ao sul, sobre a escada particular das casas novas.

O que fica dito sobre o Paço em si mesmo parece-me já bastante.

A Ilha é o terreiro situado ao norte da cozinha, Capela e Jardim do Bosque, onde sempre os Duques tiveram cavalariças e oficinas com moradias de alguns criados; e mais ao norte está outro terreiro chamado Picadeiro Real com um aquartelamento militar, a cavalariça grande e outras casas - o que tudo é Ilha, salvos os tapumes ordenados pela Casa de Bragança para separação dos ediffícios cedidos para quartéis militares ainda que o domínio deles pertence à dita Casa e não ao Estado.

O jardim mais formoso é o do Bosque, assim chamado por teu uma grande mata de loureiros, murta, castanheiros da Índia, medronheiros, etc. cobrindo um passeio central de verão. Na frente dos Quartos Novos não estão árvores altaneiras, mas somente buxo tosquiado, limoeiros de parede, flores, etc. No fundo está um lago e casas de recreio com cascatas. A mais notável dessas casas é a de Lisboa, da qual já tenho dado notícia.

Entrando por baixo do Paço pelo Arco da porta de ferro, depois do corredor da Capela, continua para o Reguengo essa avenida e entretanto encontra-se à mão direita o Jardim das Damas com a sua fonte de repuxo no meio, outrora com quarteirões de buxo tosquiado e agora com limoeiros somente ao redor das paredes e laranjeiras pelo interior; e à mão esquerda fica o picadeiro, já convertido em jardim de limoeiros e tangerineiras e o Jardim Grande todo composto de buxo tosquiado com três fontes de repuxo pela via central. Passado o arco do quarteirão postremo do Paço, está o tanque ou vala comprida que serve de reservatório às fontes dos jardins atrás designados e que recebe a água do tanque grande ou quadrado onde ela é nativa. Dantes havia aqui um jardim ou passeio separado, mas hoje tudo é já a grande quinta do Reguengo composta, pelo menos, de três hortas, a saber: horta do Reguengo, horta Nova do Carrascal e horta das freiras das Chagas.

Até 1860 andava arrendado o Reguengo e por isso mesmo não tinha os devidos alindamentos, mas depois disso passou a ser explorado por conta da Casa de Bragança, pois aliás a Família Real não poderia ter o gozo de colher ali se quer um cacho de uvas.

Acha-se dividido em quarteirões com largas ruas e estas cercadas com bonitas sebes de canas encruzadas; tem tabuadas de hortaliças, pomares, vinhas, olivais e também árvores de recreio.

É todo plano e com dois portões para o Carrascal, sendo o do poente o próprio da Horta Nova de D. Catarina e o do oriente da horta das Chagas, anexada já nos nossos dias.

Sempre tem sido franco o Reguengo para o povo passear e recrear-se e a diferença notada hoje é nem sempre estar aberto algum dos portões do Carrascal quando outrora havia ali um guarda para abrir de manhã o da Horta Nova e fechá-lo à noite, como observei noutro lugar.

CAPITULO LI

Tapada Real

Antigamente era toda dedicada aos prazeres da caça. Encerrava extensos bosques, muitas fontes, lagos e jardins, casas de campo e ermidas, excessiva abundância de veados, cõrças e javalis e alguns viveiros de aves e peixes: tudo alindado e tratado com magnificência verdadeiramente real.

(Vilhena Barbosa - *As cidades e vilas*)

I

Ao norte da vila, em distância de uns quatrocentos metros da porta do Nó, está, no outeiro de S. Bento, a porta principal da Tapada Real que é tida na conta do melhor ou pelo menos dos melhores parques da Europa.

Diz-se que o seu muro tem a extensão de três léguas e é certo que, se for medido o diâmetro da tapada no seu comprimento, isto é, desde a porta principal ou de S. Bento até à Ribeira da Asseca onde termina pelo oriente, achar-se-ão seis a sete quilómetros de longitude e se da mesma sorte lhe medirem a largura de norte a sul contar-se-ão quatro ou cinco quilómetros de latitude.

Em tempo do Duque D. Teodósio II, quando a tapada só começava à Porta Velha, já o poeta espanhol Lope de Vega y Carpio lhe descrevia assim o tamanho:

*Cinco millas de largo, y de contorno
Doze contiene el sitio inaccessible,
Por la muralla que ciñe en torno,
A exteriores ofensas impossible.*⁽¹⁾

(1) Est. X da Descripción de la Tapada.

E agora advirta-se que o moderno muro não está feito aos zique-zagues, mas por lanços rectos ou levemente curvos, preferindo o seu fundador que antes ficassem de fora muitos retalhos de terra da Casa de Bragança, como adiante se explicará.

A área da tapada é toda montanhosa e coberta na sua maior parte de matos de azinho e sobro.

Entre o arvoredo cresciam até há pouco as estevas, mas presentemente acham-se quase limpas destes arbustos as duas secções em que está dividido o Real parque: só a mancha de Santo Eustáquio, de esteva já secular, se conserva intacta, salvas as ruas ao alto e através da grande e donairoza montanha para livre excursão dos caçadores. E além desta só restam mais duas manchas: de S. Jerónimo e Águas Férreas.

O terreno pertence aos dois concelhos de Vila Viçosa e Borba, sendo a metade boreal do termo desta e a metade austral daquela. É banhado pela ribeira de Borba e seus confluente em cujas várzeas há terras fertilíssimas, tornando-se bem notáveis pelo seu óptimo sabor e extraordinário volume os melões e melancias tanto do gosto de El-Rei D. João VI que os mandava ir para o Brasil encaixotados com areia fina das ribeiras.

Pelos vales encontram-se muitos castanheiros, assim como pelas colinas campeiam os pinheiros alterosos com muitas pacíficas oliveiras.

Nas margens do ribeiro do Orelhal está a famosa fonte de águas férreas, tão frequentada pelos habitantes de Vila Viçosa que padecem moléstias de estômago como pelos estranhos que de longes terras vêm utilizar-se da sua eficácia medicinal.

Tem a tapada presentemente quatro portas principais exteriores e assistidas por couteiro com residência junto delas, excepto uma. São: a de S. Bento ou de Vila Viçosa, ao poente; a de Santa Bárbara, ao noroeste (sem porteiro); a da Albufeira, ao norte; e a de Ferro ou da Silveirinha, ao sul. Querendo meter na mesma classe a de Santo António, acharemos cinco, mas esta serve pouco e também não tem porteiro.

No tempo de D. Teodósio II eram enumeradas também quatro, como reza a "Descripción" de Lope de Vega:

*Por quatro puertas de vistoso adorno
Permite el muro transito apazible,
Donde hallaron mejor verdes Abriles
Hibleos campos, Niniveos pensiles.* (1)

Nestas quatro contava-se a Velha de Vila Viçosa, então principal, a de Santa Bárbara e a da Silveirinha. A quarta parece que era a de Santo António da Terrugem sobre a Asseca, não custodiada particularmente por couteiro algum hoje ainda.

Dizem que a da Albufeira principiara a existir quando se formou o moderno muro no tempo de El-Rei D. João V. E é certo que só nos nossos dias tem junto de si moradia para couteiro assistente, visto ficar sobre a estrada real de Elvas.

Sendo a Tapada em 1852 dividida em duas, de norte a sul, teve de fazer-se-lhe uma nova porta, mas esta interior, para comunicação com a secção segunda ou oriental, destinada já a explorações agrícolas, assistindo-lhe um couteiro particular.

O mais são portinhas para entradas e saídas a pé e hoje só tem esta classificação a da Mercandela por se achar tapada a dos Pereiros ou dos Frades.

Além dos couteiros das portas, há outros ambulantes com residência em diversos pontos, a fim de rondarem o distrito que lhes está assinado.

Já no tempo dos antigos Duques de Bragança havia nesta casa um couteiro-mor que desde El-Rei D. Pedro II é sempre da família condal das Galveias; sendo porém hoje este cargo meramente honorífico, os couteiros recebem ordens directamente do Almojarife de Vila Viçosa.

A tapada é presentemente mais vasta do que na época de El-Rei D. João IV e seu pai, mas no tempo destes achava-se mais alindada, como bem observa Inácio de Vilhena Barbosa. Em testemunho disso pode ver-se a "Description de la Tapada", feita no tempo de D. Teodósio II pelo citado Lope de Vega, e que se encontra nas *Provas da História Genealógica* (2) e que eu não dou aqui já por cópia visto ela ser muito extensa e conter assuntos estranhos, reservando-me todavia dá-la em apêndice nalgum dos tomos desta obra.

Dirá quem ler a dita descrição que ela como poética é exagerada, o que vale o mesmo que mentirosa: é porém certo que aqueles que da mesma tapada escreveram em prosa não lhe fazem menores elogios. Citarei para exemplo o *Par*

(1) *Ibid.*

(2) Tomo 4, nº 269.

nas *Vila Viçosa*, cujo autor (Morais), contemporâneo do poeta Vega, lhe dedica dois capítulos inteiros e ainda mais um privativo do Jardim da Ribeira de Borba a que ele chama *Vergel da Tapada*.⁽¹⁾

As casas de campo acham-se presentemente reduzidas a uma só: a primitiva e central junto à ribeira e jardim supramemorado, que todavia não passa de um modesto palácio, apesar de residirem ali por temporadas os Duques antigos. Junto dela está a Igreja de Nossa Senhora de Belém (da qual já dei notícia, assim como das mais Ermidas) e um pequeno touril.

A maior parte das moradias de imensas hortas e azenhas incorporadas neste soberbo parque têm caído em ruína.

Direi por último que a tapada, embora seja um prédio rústico de imensa riqueza e fama no Reino e ainda fora dele, não goza das melhores condições de salubridade porque os seus terrenos montanhosos deprimem-se muito para o oriente faltando-lhes por isso uma ventilação constante e sobretudo porque a ribeira de Borba e seus confluente secam-se no estio ficando os seus leitos exalando emanações pútridas, como da mesma sorte acontece na Coutada que lhe fica ao sul. Por isso as febres intermitentes não deixam de grassar ali bastante na dita quadra.

Isto fica dito por amor da verdade histórica: verdade que eu amo sobre tudo e a que só faltarei inconscientemente ou de boa fé.

II

Neste capítulo procedi às avessas do que tenho praticado até aqui pondo primeiro a descrição estatística. Vale o mesmo.

Eis agora algumas noções históricas de como se formou este afamado parque Real até chegar ao estado presente.

No tempo de D. Jaime, 4º Duque de Bragança, possuía a sua casa uma herdade ou herdades no sítio do "mato", que é além ou ao oriente da ribeira de Borba. Chamavam-lhe o mato por haver ali abundância de moita de carrasco manso ou azinho e daí veio ao couteiro da Porta de Ferro o nome de "couteiro do mato" e a uma herdade particular de fora do muro da tapada o título de "monte do mato" que ainda conserva. Por essa mesma razão se chamou também

(1) Cap. 29, 30 e 31 do Livro 2.

antigamente à nossa Coutada ou folha da Porta de Ferro "folha da moita" (de carrasco) e "da casa da moita", como se vê no cartório municipal.

Nesses terrenos, pois, formou D. Jaime a Tapada primitiva cercando-os com um muro de taipa e pondo-lhes guardas permanentes para mais seguro coutamento. E nesta cerca introduziu veados, gamos e javalis para que fizessem criação e se multiplicassem para ele e seus sucessores no Ducado Brigantino poderem recrear-se com o exercício da caça grossa e miúda e bem assim fartar a sua mesa com tais viandas. Calculo que teria isso lugar cerca do ano de 1515.

Por morte de D. Jaime foi sucessivamente melhorando a situação da Tapada porque seu filho e sucessor, D. Teodósio I, era muito grande caçador, exercitando-se não só ali, mas até pelos campos vizinhos e alongando-se às vezes até à vila de Terena.

Refere a *História Genealógica* ter ele uma comitiva de 116 pessoas que o seguiam na caça por uma etiqueta previamente estabelecida.

Se, porém, este Duque acrescentou à Tapada de seu pai novos terrenos, faltam documentos disso. No entanto, sabe-se que a melhorou dando-lhe mais seguro coutamento e mandando principiar ali em 1540 a casa de campo ou palacete dos Duques junto à ribeira de Borba onde então era a porta única do parque Ducal.⁽¹⁾

Sucedendo-lhe em 1563 seu filho D. João I e 6º Duque de Bragança, a Tapada recebeu tão importantes acrescentamentos que duplicou de extensão. Meteu-lhe para dentro o novo Duque algumas terras que já eram da Casa Brigantina e além disso herdades, várias courelas, seis azenhas na ribeira e uma porção da coutada do termo de Borba. Pela cedência desta e pela vedação da estrada chamada *caminho dos castelhanos* e que passava pela *casa do cavalo* onde agora está a Igreja da Tapada (Nossa Senhora de Belém), assim como por tirar outras estradas para Santa Bárbara e para o Orelhal, sem o que não podia tapar aquelas terras, indemnizou o Concelho de Borba dando-lhe para a sua coutada uma herdade que comprara a João Gomes da Gama, de Estremoz, e uma courela do prazo que possuía Alvaro Penteado, residente em Borba.⁽²⁾ Desfeitas assim as dificuldades que havia em puxar a tapada para o ocidente ou para mais perto de Vila Viçosa, mandou derrubar o muro antigo de taipa e riscou uma nova e mais ampla cerca de pedra e cal. Acrescentou o palacete. Construiu junto dele a Igreja de Nossa Senhora de Belém e formou enfim todas

(1) Pestana - *Almanaque de Lembranças de 1863* - Art. Vila Viçosa.

(2) *Apenso ao seu testamento. Provas da História Genealógica, Tomo 4.*

as acomodações precisas para poder passar ali algumas temporadas com toda a sua família. Lá estava no verão de 1573 quando um dia, quase de improviso, lhe apareceu a visitá-lo El-Rei D. Sebastião no seu regresso do Algarve para Lisboa.

Mas depois sobrevieram inconvenientes insuperáveis que obstaram a poder D. João I pagar alguns prédios já comprados e ultimar os novos muros com a sua porta principal no sítio onde agora chamam a porta velha. Esses inconvenientes foram a infeliz expedição de África de 1578 em que seu filho e sucessor ficou prisioneiro com a flor da fidalguia da sua casa - um grande empenho com as despesas da mesma expedição, e por último a sua morte em 1583 quando contava apenas 37 anos de idade.

Isso, porém, não passou de um leve transtorno para uma Casa cujo rendimento anual era avaliado em cerca de cem mil cruzados. O novo muro da Tapada foi concluído poucos anos depois por seu filho D. Teodósio II e ficou já a porta principal no sítio da porta velha.

Para mais seguro e inviolável coutamento, alcançou este Duque do Rei Filipe II, em 21 de Agosto de 1587, uma carta de mercê que alongava a 500 passos ainda fora dos muros esse coutamento,⁽¹⁾ de sorte que ninguém podia caçar naquela distância em redor da tapada e por isso perguntavam os Corregedores nas devassas janeirinhas.

Nesta situação se conservou a tapada no tempo de D. Teodósio II e de seu filho D. João II que depois cingiu a coroa de Rei com o nome de D. João IV.

Enquanto, porém, a embelezamentos, nunca a tapada teve tantos como nessa época e foi isso que moveu Lope de Vega a compôr a sua excelente descrição a que já aludi. A tapada é hoje um ermo comparada com os alindamentos que então possuía em lagos, fontes, jardins e casas de campo, como bem adverte Vilhena Barbosa. Os pomares eram tratados cuidadosamente, havia florestas ou manchas com ruas cruzadas para os caçadores transitarem mais facilmente no encalce do gado e esperas ou guaritas de madeira com assento para ali aguardarem a sua passagem.⁽²⁾ Só assim podia Vega com verosimilhança escrever oitavas como estas:

(1) Registos da Câmara, L. 1, fl. 54.

(2) Ainda era assim em 1806.

Arroyos dulces, con sonoros saltos
 Los Campos corren por diversas calles
 Y duplican el monte montes altos
 Que forman prados y dilatan valles:
 Esconden sombras (de modestia faltos)
 Satiros viles, de disformes talles,
 Las claras selvas a Pomona y Flora
 Y duerme en su jardin siestas la Aurora.

La nemorosa Tempe, que en Thesalia
 Con eterno verdor resiste al Cielo,
 Y la que del Guzman fertil Vandalia
 Esconde libre al Castellano yelo:
 Las mas floridas que celebra Italia
 Y mira el Sol en cultivado suelo
 No ygulan este solo, parto en parte
 De la naturaleza sin el arte.⁽¹⁾

... ..

En verdes valles de jardines tiene
 Quantas flores ha visto el fertil Mayo
 Que coronado a produzirlas viene
 Dandole el Sol el mas templado rayo.⁽²⁾

etc.
 Na Primeira Parte vimos como nessa época havia até no lago do Vergel um bergantim dourado para exercicios náuticos.

A tapada era então um prédio que diariamente recebia visitas de seu dono e dono opulentissimo. D. João II, o futuro restaurador da Monarquia Portuguesa, residia por largas temporadas no palacete. Tanto assim era que lá o foi encontrar o Alcaide-mor de Mourão quando veio propôr-lhe a aceitação da coroa de Rei, como explicado fica na Primeira Parte destas *Memórias* e é geralmente sabido.

(1) Est. 11 e 12.

(2) Est. 26.

Com a feliz restauração monárquica de 1640 perdeu a Tapada de Vila Viçosa todo o mimo com que até ali a tratavam os Duques seus donos. Se em vez de uma breve memória histórica eu escrevera aqui um poema, diria que em Dezembro desse ano enquanto o Reino todo festejava o seu ressurgimento discorriam como loucas de dôr neste parque as belas Naiades e Napéas, buscando em vão o seu amado e vertendo por ele rios de lágrimas saudosas.

Deixando, pois, esses voos fantásticos da poesia para tornar ao estilo diáctico da história, referirei que a partir do ano de 1640 até ao de 1729 a tapada, quanto à sua extensão, ficou no estado que lhe gizara o Duque D. João I e lhe acabara de realizar seu filho D. Teodósio II. O restaurador da monarquia portuguesa só uma vez ali tornou e foi em 1643 para matar as saudades que sempre tivera de Vila Viçosa, como atesta o autor do *Portugal Restaurado*.⁽¹⁾ Seu filho, o Príncipe D. Teodósio, ainda ali caçou em 1651: única vez. D. Afonso VI e D. Pedro II nunca vieram a esta vila. Eram já nascidos em Lisboa e lá viviam retirados, portanto longe da vista, longe do coração.

Não aconteceu assim com El-Rei D. João V. Quando aqui veio em 1729 para receber no Caia a esposa de seu filho, resolveu fazer à tapada melhoramentos semelhantes aos que fizera e tencionava continuar a fazer ainda ao Paço do Reguengo.

O Rei Magnânimo, estendendo as vistas do outeiro de S. Bento situado às portas de Vila Viçosa e vendo logo adiante o de S. Jerónimo com o seu pinhal envolvendo a Ermida do Doutor Máximo e muitas hortas e outros prédios da Casa de Bragança misturados com outros de particulares, disse no seu grande coração: - *O melhor é trazer até aqui a porta da tapada.*

Só no Orelhal administrava a Casa de Bragança não menos de sete hortas que o Duque D. Teodósio II assinara, entre muitos outros prédios, para dotação do Colégio dos Santos Reis por ele mesmo fundado. Para a parte dos Pereiros possuía outras com a herdade dos Madeiros ou dos Madureiras que o dito Duque aforara por noventa alqueires de trigo à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição.⁽²⁾ E assim mais ou menos tinham os Braganças muitos prédios àquém

(1) Tomo 1, pág. 436.

(2) Esta herdade foi doada à Confraria sobredita por Garcia Lopes, Tesoureiro-mor da Colegiada de Ourém.

da tapada. Portanto, restando comprar o alheio, pagou tudo por bom dinheiro para que ninguém se queixasse. Apareceu entretanto o obstáculo dos vínculos e prazos, e El-Rei disse: *o que não posso comprar tomo de aforamento.*

Depois de comprados ou aforados todos os prédios alheios que estanciavam por aquelas paragens até ao outeiro de S. Bento, deu El-Rei ordem para se começar a fazer um muro novo a toda a tapada e tão alto que não pudessem transpô-lo os gamos nem os lobos. E porque era magnífico em todas as suas obras (para que os ingratos vindouros lhe chamarem pródigo e beato), disse que lhe não fizessem a parede aos torcicolos, mas que a fossem estendendo por lanços regulares, rectos ou levemente curvos, embora sobejassem algumas nesgas de terra da parte de fora... E ficaram muitas. Bem extensas são as chamadas *terras de El-Rei* da herdade de António da Silveira e outras que ficaram excluídas pela razão dita e da mesma sorte ficou de fora no termo de Borba a herdade do Monte Branco em que está a albufeira.

A colocação da porta principal no outeiro de S. Bento envolveu a construção de moradias novas junto dela para o couteiro respectivo e para outros mais de pé ou de cavalo (pois dantes havia-os de ambas as espécies), assim como da enfermaria para curativo dos doentes onde o médico da Casa de Bragança fosse tratá-los como era de costume antigo. Hoje, porém, não serve já a dita enfermaria para o fim da sua criação.

Quando se acabaram todas estas obras, já El-Rei D. João V era defunto. Dizem alguns (e com fundamento) que se concluíram os trabalhos todos em 1752 porque no capelo da porta principal da banda de dentro (pois de fora é de mármores com o escudo das Armas Reais) está marcado com pincel a óleo o ano referido.

IV

Depois de D. João V até agora não se fez acrescentamento algum à tapada, nem o precisa. Apenas têm sido reparados os seus muros quando as tempestades os abatem para que não fuja a caça e bem assim não têm faltado os administradores daquele parque a reparar as moradias dos couteiros e as ermidas.

Com o último acrescentamento ficou ali havendo três Igrejas, a saber: a do palacete e as duas Ermidas de S. Jerónimo e Santo Eustáquio, de que já dei notícia no lugar competente. Na primeira, até 1834, houve sempre missa

aos domingos e dias santos dita por um frade Capucho que tinha a chave da portinha dos Pereiros (hoje tapada) para seu mais breve itinerário. E o Convento recebia do grande prédio, em retribuição, todo o combustível que lhe era necessário mandando-o lá buscar pelo seu azemel. Nas duas Ermidas havia anacoretas ou monges, a quem os Duques forneciam alimentos da sua cozinha; os últimos, porém, vinham jantar aos conventos de frades e a casa de alguns particulares. Em 1834 achava-se ainda por anacoreta no cubículo de S. Jerônimo Emfido Adrião da Natividade, que fora oficial no exército do Brasil e amigo muito íntimo de El-Rei D. João VI.

D. José I veio caçar na tapada em 1751 e 1769. Sua filha D. Maria I amou muito as suas visitas, das quais a última foi em 1806; e demorou-se cá três meses com toda a Real Família, excepto o Infante D. Miguel que era de curta idade. Se não veio mais vezes, assim como seu filho D. João VI, foi por causa da Guerra Peninsular, da sua emigração para o Brasil e da guerra civil de 1820 e suas consequências.

De 1806 a 1843 não foi a Tapada Real visitada por seus donos e apenas em 1833 caçou nela o Infante de Espanha D. Sebastião no seu regresso para aquele Reino.

Em 1843 veio a Vila Viçosa a Rainha D. Maria II pelo simples facto de visitar a província do Alentejo e não por se dirigir especialmente a Vila Viçosa.

Assim, pois, com a falta de caçadas o gado multiplicou-se excessivamente, como já acontecia em 1820. Então supriam-se os pastos com ramas de árvores trazidas de fora, dando os administradores em compensação cargas de lenha seca, mas agora que a Família Real nenhum caso fazia da tapada proveram nesta necessidade os Administradores Gerais da Casa de Bragança dando ordem para se desbastarem os gamos e veados e se extinguirem os javalis vendendo-se a carne deles no açougue dos Clérigos que era da Casa. Dois anos consecutivos (1849 e 1850) houve açougue diário de carne daqueles animais e para se lhe dar mais distracção abriu-se novo talho em Borba e venda por cabeças inteiras na Tapada, indo lá buscá-las os compradores.

Feito isto, procedeu-se a dividir a tapada em duas secções com um muro a fim de ser batido o gado restante para a parte de Vila Viçosa (que será um terço do grande prédio) e passar a ser agricultada a parte oriental. Concluiu-se o dito muro em 1852. Fez-se uma batida para obrigar os gamos e veados a passarem para cá e os que não vieram foram sendo exterminados segundo os couteiros puderam i-los matando: o que ainda todavia se não cumpriu no

ano de 1882 em que isto escrevo, pois consta-me existirem ainda por lá mais de uma dúzia de cabeças.

D. Pedro V caçou ali duas vezes em 1860 e uma no ano seguinte, acabando -se então o abandono do Real parque. Não mais se matou ali gado (nem os couteiros para si como no tempo do abandono) senão durante as caçadas Reais ou para satisfação das propinas...

A propósito de propinas, direi que os conventos de frades e freiras tinham todos o seu gado para o jantar da festa dos seus patriarcas e ainda nos nossos dias se tem observado esse costume que vem dos antigos tempos. Porém o dito Rei D. Pedro V foi mais generoso para com a Santa Casa da Misericórdia, à qual em vez de um por ano concedeu dois por mês e uma carrada de lenha, conforme o requerimento que lhe fez a sua Comissão Administrativa.

Em 1867 veio caçar ali pela primeira vez como Rei o Senhor D. Luís I e são já tantas as suas diversões desta espécie que não merecem especificar-se. Raro é o ano em que se não verificam.

No dito ano de 1867 fez-se a estrada macadamizada entre a porta principal e da albufeira para entrar por esta a Família Real quando vinha por Elvas, ou antes de se construir o ramal do caminho de ferro do sueste até Estremoz : por isso mesmo raramente serve agora.

Depois disso têm-se plantado na secção oriental oliveiras que chegam já ao número de cinco mil pés, ficando ligado a este melhoramento o nome do Almoxarife António Joaquim Mouta, que o tem executado.

A corrente com golilha de ferro que estava logo à esquina da entrada para escarmento dos violadores do couto já foi tirada há muitos anos.

Tal é a situação actual da Tapada.

V

Concluirei dando algumas notícias sobre o seu rendimento.

Até se fazer o muro que dividiu a tapada ao meio e desde 1840 (pouco mais ou menos) formava-se com pouca diferença naquela mesma direcção uma alta sebe de estevas para todos os anos, ao principiar a montanheira, se bater o gado para a parte ocidental e se vender a bolota da outra parte. Hoje, como dito é, não se carece destas batidas porque a tapada tem duas partes distintas.

A venda do montado da parte oriental, quando era feita em Vila Viçosa, orçava por três a quatro contos de réis. Agora essa arrematação corre na Administração Geral de Lisboa, assim como a da cortiça: por isso mesmo não sabemos aqui qual o rendimento desta por ano, apenas conjecturamos que rende alguns contos pois a sua extracção é feita em todo o sobro de ambas as metades.

A metade oriental ou tapada ulterior é cultivada pelos seareiros de Vila Viçosa e Borba mediante o pagamento de um quinto dos cereais colhidos.

O famoso jardim onde outrora se criavam melancias como abóboras por conta da casa, também anda arrendado. Por isso mesmo já faltam os excelentes pomares de pêssegos que dantes ali havia muito apreciados pelo seu sabor e forma, e outras frutas.

Outro rendimento, até há pouco diário, é o da lenha de esteva, azinho e sobro que sempre ali se vendeu por cargas e carradas. A esteva, porém, como lembrei noutro lugar, já vai escasseando e o que tem contribuído para esse desbaste é a faculdade que a Casa dá, nos últimos anos, para funcionarem ali alguns fornos de telha e cal, construídos em tempo de D. João V, mediante uma percentagem que a mesma Casa emprega nas suas obras.

A administração da tapada está a cargo do Almojarife do Paço que também superintende nos outros bens e rendimentos do concelho de Vila Viçosa e que outrora dava para empregar três pessoas.

A tapada teve até 1834, ou pouco depois, um administrador privativo e ainda hoje se recorda com honra e louvor o nome de Filipe Antunes Gonçalves, o "capitão da tapada", que plantou os renques de azinheiras aos lados da estrada que conduz ao palacete e várias florestas dispostas em esquadria. Dá gosto vê-las. Tão infatigável como fiel e tão fiel que morreu pobre cerca do ano de 1825, o capitão Filipe, ao ser apresentado ao Príncipe Regente em 1806 pelo Couteiro-mor D. Francisco de Almeida, mereceu que o Príncipe lhe desse um abraço dizendo: *- És o creado mais laborioso e mais fiel que tem a minha casa!*

CAPITULO LII

Portas dos Nós

I

Assim como do Palácio Real passámos à Tapada por ser a casa de campo dos Duques, seus fundadores, também agora ao reentrar na vila para continuarmos a descrição dos seus monumentos profanos deparamos-nos logo as *Portas dos Nós* por onde nos fica mais próximo o regresso a ela e justo é que toquemos já neste assunto.

São duas estas portas: uma pública ou concelheira e outra particular da Casa de Bragança por onde se entra ou sai da Ilha do Paço, já descrita no capítulo 50.

Distam uma da outra poucos metros e crê-se que a porta da vila herdou da particular o nome que tem, visto que esta somente é porta dos nós por sua própria construção.

Há contudo uma diferença nos títulos. A porta da vila chamamos Porta do Nô suprimindo-lhe os "ss" finais ou sibilantes, não só pela aspereza da sua pronunciação, mas também porque o povo menos culto é muito parco nas suas expressões abreviando muitas vezes as palavras, não sei se por economia de tempo ou se por preguiça de "dobrar a língua" como vulgarmente se diz. E isto serve para discernir uma porta da outra apelidando a particular, verdadeira e mais antiga, no plural (dos Nós) e a outra no singular.

II

Falemos primeiro daquela visto ser mais antiga.

É obra de D. Jaime, fundador do Paço e da Ilha e autor da empresa que nela se lia outrora. E quando não soubéssemos isto, bastava-nos olhar para ela e reconhecer-lhe a feição da architectura manuelina. Como era ainda no princípio do século XVII, diz-no-lo Calado e atrás o vimos no capítulo sobre

o Palácio Ducal e Real para onde remeto os leitores por escusar repeti-lo.

Esta porta existe, ao que parece, com alteração nos remates e já sem le-treiro algum. Duas altaneiras colunas de cantaria azulada, chinfradas no cimo para a parte de dentro, se perdem hoje no meio da alvenaria do muro da Ilha (o que na primitiva não seria desta sorte). E em altura conveniente es-tão uns segmentos de círculo da mesma pedra e redondos como as colunas late-raais, atados no vértice da portada por um nó de volta ou de casela por se acharem com a parte convexa para baixo e a côncava para cima; as pontas in-feriores destas peças curvas estão presas por nós cegos a outros fragmentos de mármore, também arqueados, que por sua vez tocam nas colunas laterais, sendo ligados a elas por outros nós que desta arte vêm a ser cinco. Em Evo-ra há uma semelhante a esta.

Nunca tal portão da Ilha foi fechado senão em 1861 quando lhe puseram por-tas de grades de ferro e lhe assinaram um porteiro com residência na primei-ra morada à mão direita. Não afirmo, porém, que não fosse vedada no tempo de D. Jaime, ainda que não restem vestígios disso.

Diz esta porta para a avenida ou rua de Borba, olha para o nordeste e cer-ca dos Gracianos e à sua esquerda fica, a poucos passos de distância, a mo-derna Porta do Nó de que vou ocupar-me já.

III

Creio que ali havia desde o século XVI uma porta pública da vila, prova-velmente com o feitio da *Porta da Esperança* - único modelo dessas portas da circunvalação moderna do tempo dos Duques. É a proximidade em que lhe fica-va a precedente fez que lhe dessem igualmente o seu nome como resumo de Por-ta ao pé da dos Nós.

Mas, depois da Restauração Monárquica de 1640, quiseram os nossos avós que a porta pública fosse *alegoricamente* dos Nós como a particular o era por feitio.

Com efeito, no ano de 1654 foi reedificada a porta do Nó em guisa de monu-mento da referida Restauração, operada por um filho de Vila Viçosa. Puseram-lhe umbrais de mármore de várias peças sobrepostas com saliências alterna-das e duas inscrições lapidares montadas sobre os avançamentos do arco acha-tado. Mais acima colocaram duas esferas armilares aludindo, segundo creio,

aos domínios de Portugal em ambos os hemisférios e remataram o frontispício em ângulo obtuso guarnecido por moldura frisada para se hastear ali a bandeira nacional em dias de festa de grande gala. Por isso mesmo tem sobre o arco da parte de dentro uma varanda com a sua escada ao lado para se subir à dita varanda.

Os letreiros mencionados, ou antes, o letreiro repartido por duas chapas de pedra rezam assim:

*
HAEC EST FATALIS

NODORVM PORTA.

IOANNES

ME NODO HESPERIAE

LIBERAT ENSE POTENS

ANNO

*
SOLVIT ALEXANDER

NODVM VT REX IM

PERET ORBI

REX MEVS VT REGIS

SCEPTRA LATENTIS

AGAT

1654

Tradução:

"Esta é a fatal porta dos Nós. João, com o poder da sua espada, me livra do nó da Espanha.

Desfaz Alexandre um nó para imperar como Rei na redondeza da terra: o meu Rei desata-o para empunhar os ceptros do rei encoberto.

Ano de 1654 "

Quer dizer a última parte do letreiro que D. João IV era o rei encoberto das profecias de Bandarra e quejandos, urdidias depois da morte ou desaparecimento de El-Rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, e que asseguravam a existência oculta do mesmo para vir um dia retomar o governo de Portugal. E ainda hoje não está de todo extinta a seita dos Sebastianistas (assim chamam aos tais crendeiros).

Mas não é desarrazoada a comparação de D. João IV com Alexandre no tocante ao desatar dos Nós Górdios.

O nosso patrício, pondo-se à testa da Restauração da Monarquia Portuguesa, desatou o nó que prendia Portugal ao domínio de Castela restituindo-lhe a sua independência nacional por meio de uma guerra sem tréguas e que, ainda

assim, não pôde ver terminada nos dezasseis anos do seu governo.

Da mesma forma desfez Alexandre Magno, rei da Macedónia, o nó por meio do qual Górdio, rei da Frígia, atara no templo de Apolo o jugo ao arado que lhe servira, antes da sua aclamação, para arrotear o seu campo. Era tão difficil desatar aquele nó de Górdio que ninguém ainda o conseguira. E, como certo oráculo assegurava a conquista de toda a Grécia a quem desprendesse a canga do arado, Alexandre Magno, chegando ali na sua marcha triunfante, procurou desatá-lo por jeito e porque o jeito não lhe dava resultado favorável não se cansa mais: puxa da espada e desfá-lo vibrando um vigoroso golpe.

Assim aconteceu a El-Rei D. João IV. Não conseguindo por jeito seus pai e avô fazer valer o direito de D. Catarina ao trono de Portugal, empregou um dia a força da sua espada: desfez com ela a prisão que nos retinha escravos da monarquia castelhana e conseguiu fazer vingar o seu direito e a nossa independência como Nação livre.

E é bem certo que sem o Duque de Bragança à sua testa nunca os Portugueses se desprenderiam do jugo dos Filipenses.

Tal é a histórica representação da porta monumental: rememorar a nossa independência de 1640.

E ainda se podem citar dois factos que tornaram histórica aquela mesma porta. Um foi o escarmento dado ali por nossos avós às avançadas do exército do Marquês de Caracena em 9 de Junho de 1665 e o outro foi a repressão das hostes do general francês D'Avril em 20 de igual mês do ano de 1808 em que nossos pais lhe mataram 36 homens e feriram muitos mais primeiro que cedessem à desproporção do número e táctica, deixando-o entrar.

IV

No mesmo ano de 1654 recebeu a nossa Câmara a seguinte carta:

"Juiz, Vereadores e Procurador do Concelho de Vila Viçosa. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Para que seja notória a obrigação que eu e todos os meus vassallos têm de defender que a Virgem, Senhora nossa, foi concebida sem pecado original, houve por bem resolver que em todas as portas e entradas das cidades, vilas e lugares de meus reinos se ponha em uma pedra lavrada a inscrição de que será a cópia com esta carta. Encomendo-vos o façais pôr nas portas e logares dessa vila e me aviseis de como o tendes executado.

Escrita em Alcântara a 30 de Junho de 1654. Rei. Para a Câmara de Vila Viçosa ".⁽¹⁾

Talvez que a recepção desta carta motivasse a reedificação da porta do Nô com o fim de se colocar ali o letreiro relativo à eleição da Virgem Imaculada para Padroeira de Portugal e seus domínios. É certo, porém, que a Câmara só no cabo de dois anos cumpriu aquele encargo como resulta do mesmo letreiro.

Ora, com respeito a este, já disse noutra lugar que fôra composto por António de Sousa de Macedo, diplomata e escritor de muitas obras, numa das quais - a *Eva e Ave* - declara isto mesmo acrescentando que a lembrança de tais lápides comemorativas fôra do franciscano Frei António das Chagas: o que sendo comunicado a El-Rei pelo dito Macedo foi por ele aprovado e decretado encarregando ao mesmo a redacção dos letreiros em latim.⁽²⁾

A nossa Câmara mandou repartir um em duas pedras por só assim bem se dispôr entre o arco da porta e o seu remate, ficando-lhes mais baixos e aos lados os dois que já deixo transcritos.

Eis a cópia do novo letreiro:

AETERNIT. SACR.
IMMACVLATISSIMAE
CONCEPTIONI MARIAE
IOANNES IV PORTVGALIAE REX
VNA CVM GENERAL. COMITIIS
SE ET REGNA SVA
SVB ANNVO CENSV TRIEVTARIA
PVBLICE VOVIT.

ATQVE DEI DEIPARAM IMPERII TV
TELAREM ELECTAM
A LABE ORIGINALI PRAESERVATAM PERPETVO DEFENSURVM
IVRAMENTO FIRMAVIT.
VIVERET VT PIETAS LVSITANA
MOC VIVO LAPIDE MEMORIALE
PERENNE
EXARARI IVSSIT.
ANNO CHRISTI M.DC.LVI
IMPERII SVI XVI.

(1) Livro 2 dos Registos, fl. 49.

(2) Parte 2, cap. 15.

Em português:

"Memória consagrada à eternidade.

João IV, Rei de Portugal, juntamente com as Cortes Gerais, dedicou publicamente à Imaculatíssima Conceição de Maria a sua pessoa e os seus reinos de baixo de um censo tributário anual e firmou com juramento que havia de sempre defender que a Mãe de Deus, escolhida para Padroeira do Reino, fora isenta do pecado original. Para animar esta piedosa crença dos Portugueses, mandou que se gravasse em pedra viva este perene memorial. No ano de Cristo de 1656, 16º do seu reinado "

Foi uma falta imperdoável não se pôr outro letreiro no frontispício da Matriz.

No fecho do arco da porta acha-se pendente o escudo das Armas dos Braganças (o que já me esquecia de mencionar) e isto parece indicar que a sua Casa custeou a reedificação da mesma porta. Nas actas da Câmara, com certeza, não se encontra deliberação alguma sobre tal obra.

CAPITULO LIII

Palácio do Bispo

I

Não quero deixar olvidado este monumento que recorda uma das nossas passa das grandezas.

O palácio do Bispo foi fundado, ou pelo menos reconstruído no ponto de ca sa nobre, por D. Joana de Mendonça depois que ela enviuvou de D. Jaime, 4º Duque de Bragança, em 1532 para ir ali viver com os seus numerosos filhos, não obstante dar-se bem com o seu enteado, o Duque D. Teodósio I. Aquele ponto era próprio para a sua residência, pois, se o Palácio Ducal não dista-va muito, menos distava ainda o Convento das Chagas onde tinha duas filhas freiras, onde punha os seus maiores affectos como fundadora daquela Casa religiosa e onde tencionava que descansassem os seus ossos. Efectivamente, das janelas de peito da rua dos Fidalgos fala-se ainda para as celas das freiras que lhes ficam defronte, posto que mais altas.

D. Joana de Mendonça retirou-se para ali quando seu enteado se casou em 1542 e lá acabou os seus dias em 1580 com 48 anos de viuvez.

II

O palácio da viúva de D. Jaime constava de dois prédios anexos com um pá-tio entre ambos, como pode ver-se na gravura do Paço Ducal que traz o Panorama e de que fiz menção no capítulo 50. Um desses prédios ficou pertencendo ao Convento das Chagas como parte das legítimas de D. Maria e D. Vicência, freiras ali professoras e o outro que pertencera a D. Fulgêncio, Dom Prior da Colegiada de Guimarães, depois da sua morte foi adjudicado, por dívidas de serviços, a Gaspar de Matos Fialho, morador na mesma vila, hoje cidade.

Logo, porém, no ano de 1586 por escritura de 27 de Julho comprou o Duque D. Teodósio II a metade das Freiras por 520\$000 réis - valor em que elles u

tinham recebido e em 9 de Fevereiro de 1590 comprou a outra metade a Gaspar de Matos Fialho e sua mulher Sabina Antónia por igual quantia.

O fim que D. Teodósio II teve em vista adquirindo este prédio foi estabelecer ali uma aposentadoria para os seus hóspedes que não merecessem a alta honra de serem agasalhados no Paço Ducal. E para que não fosse alienado pelos seus sucessores vista a conveniência do seu destino, vinculou-o metendo-o no Morgado da Cruz por ele mesmo instituído em 1596 a 16 de Novembro. (Nesse mesmo vínculo entrou o Pinhal de Cristóvão de Moraes, situado perto de S. Francisco Velho e comprado pelo mesmo Duque em 23 de Março de 1587 às Freiras de Santa Cruz, a quem o deixara em testamento o dito Moraes).

Ora, como nem sempre os Duques tinham hóspedes e convinha que alguém lá morasse, ainda mesmo quando os havia, estabeleceu-se ali Antão de Oliveira, Veador da Duquesa D. Catarina, razão por que Frei Manuel Calado, seu contemporâneo, referindo-se a este palácio, escreveu:

"Passada esta divisão da rua (dos Fidalgos) se seguem as casas que foram de António de Oliveira, ⁽¹⁾ onde se agasalham os Fidalgos que vêm a visitar o Duque; e ali são hospedados com a largueza e grandeza que naquela Casa se costuma usar".⁽²⁾

Quando João Pinto Ribeiro e outros vinham a Vila Viçosa visitar os Duques ou tratar com eles eram ali hospedados.

III

Com a aclamação de El-Rei D. João IV e a sua conseqüente mudança dos Duques para Lisboa ficou devoluto aquele prédio por não lhes servir já para o fim proposto. Porém D. João V deu-lhe outro mais nobre. Pedindo ao Papa Bento XIV que os Deões da Capela de Vila Viçosa fossem de futuro sempre Bispos Titulares ou *in partibus infidelium* e sendo mister preparar-lhes um Paço condigno para sua residência, nada mais próprio do que destiná-la neste prédio.

Não precisa consultar-se a história nem a tradição: basta olhar-se para o Palácio do Bispo Deão para se reconhecer logo que ele foi reedificado exte

(1) Para morar nelas e nada mais.

(2) Valeroso Lucideno, pág. 96.

riormente pondo-lhe sete janelas novas de sacada para o Terreiro do Paço e cobrindo-lhe o pátio onde se acha a escada que também é nova. Até então as janelas do andar nobre eram seis e todas de peitoril, ficando quatro para a parte das Chagas e duas para o oriente com o pátio no meio.

D. João da Silva Ferreira, Bispo de Tânger, foi o primeiro que ali se estabeleceu e provavelmente no ano de 1743 em que tomou posse do Deado.

Durante a Guerra Peninsular padeceu muito este prédio, assim como o próprio Palácio Real, convertidos em quartéis e hospitais de Ingleses e por isso quando em 1812 veio o Bispo D. Vasco teve de morar em casas particulares da vila até se consertar o seu Paço.

D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, Bispo de Nemésis, foi o último que ali morou até 1834.

De então para cá serve o Palácio do Bispo de residência aos Almojarifes e também de aposentadoria quando cá vem a Família Real. Nessas ocasiões costumam os Administradores Gerais preferi-lo ao Palácio Real por estarem ali com mais sossego.

IV

O Palácio do Bispo ocupa a parte central da faceira do Terreiro do Paço que olha para o noroeste.

Bom é o seu pórtico, excelente a escada e muito espaçosas as salas que no cimo ficam à mão esquerda no andar nobre. Como já disse, contam-se neste sete janelas de sacada para o Terreiro e quatro de peitoril para a rua dos Fidalgos, onde é a cozinha, dispensas e casa de jantar. Por baixo do andar nobre há sobrelojas com pequenas janelas de peito e por baixo, no rés-do-chão, guardam as portas a mesma simetria. Nestas duas ordens inferiores têm sempre morado gratuitamente alguns criados ou clientes da Casa de Bragança.

Para a parte do quintal tem varandas e estribarias e na frente, à sua direita, está uma cocheira.

Em suma, tem as acomodações precisas para agasalhar condignamente um príncipe da Igreja.

Nas estribarias e numas casas contíguas à porta ocidental do abarracamento das feiras, absorvendo a mesma porta, formou-se em 1874 um grande estábulo ou cabana para vacas turinas a fim de se fabricar manteiga no Almojarifa-

do. Foi obra do Administrador Geral Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas e dizem que custou três contos de réis, ficando por isso bem acabada e até luxuosa. Mas por morte dele pensou de outro modo o Administrador Augusto César Falcão da Fonseca e decerto as tabuadas do Reguengo ocupadas com prados artificiais de trevo e outras ervagens para se recolher diariamente só um quilograma de manteiga, cativo ainda de várias despesas, eram um grande erro porque destinadas à horticultura produzem maiores lucros.

A cabana serve hoje de cavalariça para as parelhas da Casa e muito bem.

Como presépio de vacas, melhor lugar tivera no Reguengo do que na rua dos Fidalgos.

CAPITULO LIV

Abarracamento das Feiras

I

Daqui a pouco (a não ser por estas minhas *Memórias*) ninguém saberá que existiu nesta vila um abarracamento de feiras - mercado ou cercado com portas para os Terreiros do Paço e de Santo Agostinho e para a rua dos Fidalgos -, pois não serve já desde a feira de Maio de 1850 que foi a primeira em que as tendas se armavam no Carrascal, a fim de ser o imposto do terrado recebido pela Câmara e não pela Casa de Bragança.

Logo depois mandaram os Administradores desta Casa tapar a porta do Terreiro de Santo Agostinho em que havia cancela com ferrolho, restando somente a do Terreiro do Paço e a da rua dos Fidalgos que era mais pequena e tinha portas cerradas de tábua. Ora, esta desapareceu também no ano de 1874 quando se construiu o estábulo das vacas turinas, como disse atrás, e assim o cerrado ficou fazendo parte do quintal do Palácio do Bispo com uma só porta.

Como as alpenduradas ou tendas não tinham já o uso a que foram destinadas nem mereciam a despesa de se conservarem, foram demolidas para se aproveitarem os seus materiais especialmente na obra do estábulo ou cabana referida. E assim resta hoje apenas uma porção de barracas que têm por cima casas de particulares da parte da Fonte Pequena, edificadas assim com licença da Casa de Bragança. Só estas, pois, ficarão existindo por muitos anos ainda porque não exigem despesas de conservação e servem muito bem aos Almojarifes para armazenarem madeiras, lenhas, etc.

Não cabiam porém ali todos os mercadores feirantes e portanto eram preferidos os de fazendas mais valiosas levantando os mais as suas barracas ambulantes nos dois Terreiros de Santo Agostinho e do Paço como eu ainda presenciiei.

II

Quatro portas havia no terreiro das Feiras, segundo o testemunho de Frei Manuel Calado, sendo uma para o Terreiro de Santo Agostinho ou detrás da Fonte Pequena, duas para o Terreiro do Paço e uma para a rua dos Fidalgos, mas nos nossos dias só lhe conhecemos uma para o Terreiro do Paço. É provável que a outra fosse tapada em tempo de El-Rei D. João V quando se reedificou o Palácio do Bispo e se fez a cocheira do mesmo que decerto não é obra de D. Joana de Mendonça em cujo tempo se não usavam ainda coches ou seges.

Veja-se a descrição que o dito Calado faz do abarracamento depois de mencionar o palácio da viúva de D. Jaime:

"Logo se seguem ⁽¹⁾ duas grandes portas por as quaes se entra num espaçoso terreiro repartido em ruas e com muitas casas pequenas e místicas umas com as outras, aonde agasalhavam suas fazendas os mercadores que acodem de diferentes partes às três feiras francas que naquela vila se fazem cada ano, uma em Janeiro, outra em Maio e outra no fim de Agosto; e este terreiro das Freiras tem outras duas portas para os outros dois lados ⁽²⁾ para que tenha boa vazão a gente que entra e sai a comprar e vender. E as outras fazendas que não são de muita estima e preço se vendem em tendas portáteis por o meio do Terreiro ⁽³⁾".

Agora falta juntar a isto o melhor que é a origem e razão de ser deste abarracamento.

III

D. Jaime, como Donatário da Coroa, tinha os direitos Reais da vila em que se compreendia a portagem, mas os direitos das feiras ou aluguer de tendas e de terreno para outras ambulantes eram do Concelho. Assim, pois, negociou o Duque referido com a Câmara a troca da portagem pelos direitos das feiras esperando auferir daqui maiores interesses e El-Rei D. Manuel ratificou o es cambio.

(1) Para o oriente.

(2) Oriental e ocidental. Para o sul não podia haver porta visto serem ali quintais de casas particulares.

(3) Do Paço. - Valeroso Lucideno, cit, a págs. 94 e seguintes.

A feira de Maio era a única da nossa vila naquela época; porém D. Jaime obteve logo segunda com oito dias de duração a começar no de Santo Agostinho e, como os ditos oito dias não eram bem frequentados, tornou a pedir em 1528 a El-Rei D. João III que lhe facultasse repartir aqueles dias por duas feiras distintas, o que lhe foi concedido por Alvará de 15 de Fevereiro. Então D. Jaime constituiu a feira de Santo Agostinho com três dias e dos cinco restantes compôs a feira de Janeiro desde 29 até 2 de Fevereiro.

Assim, pois, ficou Vila Viçosa com três feiras anuais até ao presente.

A Câmara tinha já tendas suas para a feira de Maio (onde, não sei dizer); e como não entrassem na permuta ou não fossem bastantes, fabricou o Duque um terreiro novo que é aquele que conhecemos todos os contemporâneos. Isto consta do seu testamento onde se lê:

"Eu troquei por autoridade d' El-Rei, meu Senhor, a portagem desta vila que era de direito Real por a renda das tendas das feiras que este concelho tinha; e a dita renda das tendas ficou Real porque eu gastei dinheiro em fazer as ditas tendas onde agora são feitas; ⁽¹⁾ e as fiz em um chão que comprei a Pedro de Chaves, creio que por quatro ou cinco mil réis. A renda das feiras é de direito Real e do Morgado: a benfeitoria se poderá estimar ou saber-se pelos livros o que custou; e isto poderá ser de partilha; e satisfazendo meu filho herdeiro as partes, poderá daí por diante ficar no Morgado "⁽²⁾.

Assim aconteceu.

Aquele abarracamento serviu perto de três séculos e meio. Com a abolição da portagem e dos forais por D. Pedro em 1832 e 1833, rehouve a Câmara os direitos das feiras. Mas, não tendo o domínio daquelas tendas, não podia alugá-las em seu proveito. Por isso tirou as feiras do Terreiro do Paço para o Carrascal.

Advertirei por último que isto de *mercados fixos em tendas de alvenaria* como se está usando nas grandes cidades não é tão grande progresso que não chegasse já no princípio do século XVI, e antes, à nossa vila.

(1) O que prova ter havido outras do Concelho.

(2) Provas da História Genealógica, Tomo 4.

CAPITULO LV

*Paços do Concelho e suas oficinas**Força*

I

As notícias relativas aos mais antigos Paços do Concelho ou Casas da Câmara são muito obscuras.

Com efeito, a tradição de terem sido os nossos primeiros Paços no baixo Rossio, ao norte da fonte do Alandroal, não passa de uma simples tradição oral sem razões assaz comprobativas, até porque nos tempos de D. Afonso III e D. Dinis, à falta de casas consistoriais nos Concelhos, reuniam-se os Alvarsis com o Alcaide nas Igrejas ou casas particulares de cada um, segundo combinavam, como observa Alexandre Herculano.⁽¹⁾ Porém, o correr das idades pacíficas trouxe, mais cedo ou mais tarde, a fundação de casas de "ajuntamento" (como lhes chamam ainda os Espanhóis) em que se congregassem os magistrados municipais para administrarem justiça ao povo.

Mais provável me parece a existência de Casas da Câmara dentro da almedina ou Cerca de D. Dinis porque, sendo ali o centro ou parte principal da povoação para onde se recolhiam todos em tempo de guerra, também ali deviam achar-se estabelecidas as Repartições de justiça.

Porém escasseiam-nos inteiramente as memórias sobre o que então houve de facto.

II

Claras e certas são apenas as notícias da Praça Velha ao ocidente da Cerca, junto da Torre de Menagem ou do Caracena, onde estiveram Casas de Câmara, cadeia e oficinas do Concelho até 1664 e onde ainda campeia o pelourinho

(1) *História de Portugal*, Tomo 4.

já descrito noutra lugar.⁽¹⁾

Da parte de cima onde está um ângulo das Obras Exteriores do Castelo, com frente para o norte ou rua da Praça, ficavam os Paços do Concelho e estes foram demolidos no dito ano de 1664, passando os Vereadores a fazerem as suas sessões numa casa da Cerca ou Castelo antigo.

Nos seus baixos funcionava, segundo Cadornega,⁽²⁾ um depósito de trigo ou celeiro comum que veio a ser extinto pouco depois.

Junto ou perto deles estavam a casa da farinha e trigo e outras oficinas do Município.

Da parte da Cerca, ou nordeste, havia moradias particulares e concelheiras encostadas à mesma Cerca de muros e da parte do sudoeste era um quarteirão de casas, cujas relíquias ainda lá existem com os pavimentos inferiores precedidos por uma calçada que da rua da Praça ascendia até à do Poço, tocando em várias bocas de ruas e no Colo da Gaita, de que já falei.

Em baixo ficava a boca superior da rua da Praça e depois (para o nordeste) o açougue do peixe e a cadeia de correcção encostada à Cerca, tendo na frente a Capela de Nossa Senhora dos Remédios em que se dizia missa aos presos nos domingos e dias de preceito, ficando entre ambas o Arco para comunicação com a Cerca: o que já tenho explicado por vezes. Ora a cadeia foi derrubada logo em Junho de 1662 por ordem do Governador da Praça, Cristóvão de Brito Pereira, quando o exército de D. João de Austria assolou Borba e marchou pela Terrugem e Forte de Ferragudo a sitiarem Juromenha. Esta rendeu-se aos Castelhanos e desde logo se cuidou em melhorar o nosso Castelo moderno, como disse noutra lugar, sendo preciso desafogá-lo de quantas casarias públicas e particulares o rodeavam pelo ocidente e sul para se construir ali as Obras Exteriores nos anos seguintes de 1663 e 1664.

Em Abril deste último ano foram derrubados os Paços do Concelho e desde então só ficou o pelourinho no meio do terreiro que fôra Praça e o sino da Câmara no torreão subsistente da Porta de Évora.

(1) *Capítulo 34 da Primeira Parte.*

(2) *Descrição de Vila Viçosa.*

III

Já sabemos, pois, quando acabaram os Paços Municipais da Praça Velha.

Mas quando começariam ali? Quando se organizou ali a praça pública?

Isso é mais difícil de resolver porque nos faltam documentos. Eu penso que a Praça foi ali constituída no século XV no tempo do 1º Marquês de Vila Viçosa e 2º Duque de Bragança porque nessa época achava-se já muito populosa a nossa terra e mais populosa veio torná-la ainda o estabelecimento daquele personagem no nosso Castelo.

Mas, repito, não há memórias nenhuma disso.

Na segunda metade do século XV é certo ser já ali a Praça pública.

IV

Desde o ano de 1664 até ao de 1757, em que se inauguraram os Paços actuais do Concelho, funcionou sempre a Câmara em casas de aluguer, já na Corredoura, já na rua de Cambaia, já no Adro de S. Bartolomeu, conforme as encontravam mais cómodas e baratas. Porém o último sítio veio a ser preferido a todos e a ser considerado Praça Nova ainda muitos anos antes de o ser de direito: e com a cadeia, casa do trigo e açougues dava-se o mesmo caso.

Era a cadeia que mais falta fazia, pois muitas vezes prendiam hoje um criminoso e no outro dia soltava-se ele mesmo evadindo-se das casas que serviam de prisão, de sorte que sendo réus de altos crimes tinham de ser logo conduzidos a alguma das outras cadeias da comarca.

Tudo isto que fica dito e o mais que irei dizendo é apoiado nos assentos das Vereações daquela época, lidas todas por mim.

As casas de quatro janelas de sacada, fronteiras aos modernos Paços, e que na primeira metade do século XVIII pertenciam a Miguel Cabral de Quadros, foram aquelas que talvez depois da paz geral de 1668 serviram de Casas de Câmara. Tão usual era já o seu destino que num arrendamento que Miguel Cabral fez em 20 de Novembro de 1728 por meio do seu procurador Padre Manuel Vidiagal Salgado de Evora a António Gomes Soares de todos os prédios que ele cá tinha em Vila Viçosa e Borba, tão usual era esse destino que na relação dos prédios os primeiros encabeçados são: as Casas da Câmara desta vila, um for

no de cozer pão junto a elas, etc.

O Soares subarrendava à Câmara, assim como os outros rendeiros. O Quadros morava em Lisboa.

De uma escritura de 25 de Novembro de 1739 consta que Manuel da Costa Negreiros, morador em Vila Viçosa, tomara a empreitada de fazer a cadeia, sendo tesoureiro e apontador José Mendes Brochado e escrivão Francisco Gonçalves Pais e nessa escritura formam contrato de sociedade obrigando-se cada a entrar com 100\$000 réis num cofre que teria três chaves, mas não se diz o preço da arrematação. Parece, pois, que a cadeia se principiou ao menos em 1740.

Entretanto a Câmara instava com o Rei para que se dessem providências a fazer-se cadeia nova, novos Paços Municipais e suas oficinas. Porém, verificava-se o adágio castelhano: "*Cosas de justicia y palacio, van a despacio.*"

A Câmara queria, e com razão, que estas obras fossem feitas à custa do tesouro público ou ao menos de toda a nossa comarca visto que os seus Paços e oficinas tinham sido arrasadas por utilidade pública ou nacional e não se descuidou nunca em fazer as suas reclamações de tempos a tempos.

D. Pedro II em 1675 mandou escolher sítio para a fundação de novos Paços e então a Câmara, em Vereação de 13 de Dezembro, escolheu o "Rossio de S. Paulo por ser o lugar mais conveniente para se fazer a dita obra"; mas não se fez.

Só em tempo de D. João V chegou a haver uma pequena cadeia e Casa da Câmara. Com efeito, da vereação de 28 de Dezembro de 1734 consta a escolha do sítio das casas térreas de António de Abreu de Góis (diz a acta) "na praça de S. Bartolomeu onde há grande concurso de gente e se faz o mercado". E que este projecto foi levado a cabo di-lo a vereação de 17 de Junho de 1750, de cujo termo consta "que a Casa da Câmara tinha duas janelas". Isto é obscuro. Porém, se me não engano, essa casa era a que hoje serve de sala livre da cadeia porquanto no que então se cuidava principalmente era na feitura da dita cadeia. Para a obra desta, que era a mais urgente, elegeu-se em 29 de Fevereiro de 1744 um tesoureiro que arrecadasse 2:130\$000 réis que estavam já reunidos. Porém não se fez logo como se colige da vereação de 25 de Setembro de 1751 em que se pôs em arrematação "a obra da cadeia e do açougue do povo" a requerimento do Procurador do Concelho.

Que algumas obras se tinham já efectuado no tempo de D. João V prova-se com o Decreto de 12 de Março de 1754 dirigido por El-Rei D. José ao Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães e Castro, no qual se autoriza a expropriação dos terrenos precisos (textuais palavras) "para se alargar a Cadeia de correcção

de Vila Viçosa e fazer de novo as Casas da Câmara de Monforte", vila da nossa comarca.

Lembro agora que, se não fossem as notícias oficiais do tempo de D. João V e as formais expressões do Decreto supracitado que me atestam a preexistência de uma cadeia e Casa da Câmara no Adro de S. Bartolomeu, atrever-me-ia a dizer que o edificio actual fôra feito inteiramente desde os alicerces em tempo de D. José porque o vejo concertado por um plano uniforme; e não obstante, assim me parece que aconteceu derrubando-se alguma coisa do que estava já construído e deixando somente o que não contraviesse ao novo risco.

V

Prossigamos.

Em 18 do dito Março de 1754 mandou o Ouvidor Oliveira Guimarães dar à execução o Decreto de El-Rei que tinha por objectivo particular a expropriação dos terrenos precisos para a obra, quer esses terrenos ou prédios fossem livres, quer vinculados, devendo no primeiro caso entregar-se aos donos o seu preço e no segundo ser posto em depósito para se capitalizar ou subrogar-se noutros prédios.

Os donos das casas que deviam ser expropriadas eram: João Pedro de Sousa Carvalho e Melo de Abreu, residente em Borba, o Dr. Luís Ferreira da Costa e Avelar e a Irmandade das Almas do Espírito Santo representada pelo seu bastante procurador João Rodrigues de Prado, os quais todos se louvaram em Manuel Palmeiro, alvenéu, para avaliador pela sua parte e por parte do povo louvou-se o Ouvidor em José Mendes Brochado, mestre das Reais obras desta vila e avaliador da Fazenda Real. Em 13 de Abril foi avaliada a casa da Irmandade das Almas e que lhe servia para ter a eça dos officios geraise outros utensílios, taxando-a em 50\$000 réis. As moradas de João Pedro de Sousa (que eram cinco e térreas) deram o valor de 600\$000 réis, os quais deviam ser capitalizados a juro por serem as casas vinculadas. E as do Dr. Luís Ferreira foram estimadas em 230\$000 réis. Estas últimas eram um prédio de casas térreas e parte de outras altas que correspondiam para a parte de trás das térreas e uma parte do quintal do mesmo prédio - tanto quanto bastava para se executar a planta da obra que estava já desenhada por escala geométrica. Reclamou o Dr. exigindo mais 70\$000 réis; procedendo-se, porém, a ulterior ava

liação, não foi atendido. Consta portanto a expropriação de todas as moradas na quantia de 880\$000 réis.

Dou estas miúdas explicações porque o Doutor Ouvidor mandou coligir e encadernar num volume todos os títulos pertencentes a esta fundação e esse volume ainda felizmente se conserva no cartório municipal.

A esse tempo já estava arrematada a obra. Fez-se isto perante o Ouvidor e a Câmara em 28 de Fevereiro último, sendo entregue a José Francisco de Abreu, morador em Elvas, no laço de 22 mil cruzados ou 8:800\$000 réis, com a condição de ser executada conforme a planta que estava presente. Deu abonadores, sendo um deles o alvenú desta vila José Mendes Brochado que era sócio na empreitada. Segundo o estipulado no contrato de arrematação, o preço da obra foi dividido em quartéis, cujo primeiro deveria ser entregue ao assinar da escritura da mesma arrematação (29 de Março); o segundo em Janeiro de 1755, o terceiro em igual mês do ano seguinte e o quarto depois de serem entregues pelo arrematante as chaves do edificio já pronto de tudo - o que havia de ser dentro de três anos.

Os empreiteiros foram três, ainda que só José Francisco de Abreu figurasse como arrematante: José Mendes Brochado e António de Sequeira Ramalho, de Elvas, foram os seus parceiros. Vê-se isto de uma escritura em que os três ajustaram com Joaquim Morato, de Portalegre, fazer todas as portas, janelas e frestas da cadeia e casas da Câmara por 404\$300 réis e foi lavrada em 10 de Abril de 1756.

Acabou-se de facto a obra em 1757 e foram inaugurados os novos Paços do Concelho em 2 de Julho do mesmo ano, depois de concluída a procissão da Visitação de Nossa Senhora, como fica dito na Primeira Parte.⁽¹⁾

VI

Sobre a porta principal foi posta uma inscrição que não pude copiar eu mesmo por serem pequenos os seus caracteres, nem os alcançarem bem de baixo os de boa vista, mas tenho uma cópia deles tirada de cima de uma escada portátil pelo Escrivão da Câmara Manuel Maria Matroco. Ei-la:

(1) Capitulo 82.

IOSEPHVS I
 PORT. ET ALG. REX FIDELISS.

P.F.A.

DVCE BRIGANT.

MARIA BRASIL. PRINCIPE

PATRIS O.M. MAIORE NATV FILIA

COLLECTA E SOLITIS ISTIVS TERRITORII CABELLARVM

VECTICALIBVS OPERIQ. ATRIBVTA PECVNIA VETERIS

SENATVS PVDERIBVS AMPLIATAE ARCI SVBTRACTIS

NOVVM HOC

IVSTITIAE AVGVSTALE

PONE IVSSIT

ET

IVRI DECVNDO

FORVM STATVI

ANNO A PARTV VIRGINIS

M. DCC. LVII.

Não é fácil a tradução deste leiteiro, não só porque vai diferença entre latinos e latinistas, mas também porque com o progresso do tempo aparecem no mundo coisas que os Romanos desconheceraam como são todos os modernos inventos para os quais se não encontram palavras próprias pela simples razão de não existirem quando se falava a dita língua. A falta, pois, de outra melhor, aí vai a minha versão para português:

"José I, Rei Fidelíssimo de Portugal e dos Algarves, como administrador da sua augusta filha a Duquesa de Bragança, Maria, Princesa do Brasil e herdeira presuntiva da Coroa como sua filha mais velha,⁽¹⁾ juntando o dinheiro dos impostos usuais do cabeção desta comarca e aplicando-o a esta obra, por motivo de haverem sido arrasados os antigos Paços Municipais para alargamento do Castelo, mandou edificar este novo Palácio de Justiça (ou Casa da Câmara) e constituir nova praça pública no ano do Parto da Virgem de 1757".

(1) Parece-me traduzir assim melhor as palavras "patris optimi maximi majore natu filia".

Para a praça ficar ali com a decoração ordinária do tempo, faltava-lhe o pelourinho, cuja trasladação da Praça Velha para esta nova já se promovia desde o tempo de D. João V quando se formou no adro de S. Bartolomeu a pequena Casa da Câmara de que fiz menção e que julgo nunca ter servido como tal. Assim consta da Vereação de 13 de Maio de 1747, mas nem então nem posteriormente o consentiu a Casa de Bragança. E fez muito bem. Digo-o assim, tanto porque o pelourinho era já quase histórico apenas e sendo histórico ficava melhor no lugar onde servira para punição dos delinquentes, como porque, se o tiveram trasladado para a Praça Nova, já teria sido lançado por terra nesta nossa época em que somente se apregoa liberdade e não se quer justiça.

A mesma requisição fez o Marquês de Alorna em 1806 ao Príncipe Regente e este da mesma sorte não anuiu a tirar-se de onde estava o paládio da verdadeira liberdade.

VII

Na traça deste belo edifício queria eu que o pórtico estivesse no centro da fachada, tanto para lhe dar mais unidade na simetria, como para que os seus ornamentos possuissem maior realce, elevando-se mais um metro para cima. É esta, a meu ver, a única censura que poderão fazer-lhe os visitantes entendedores e de que os Paços de Borba, apesar de mais novos, também não ficaram isentos. Sendo as janelas em número desigual, poder-se-ia dotar a do centro com melhores ornatos que descessem a ligar-se com os do pórtico formando um todo architectónico, aliás de bom gosto, como observamos na Igreja da Lapa.

No mais, interior e exteriormente, acha-se tudo na melhor disposição possível. O ponto das abóbadas, em baixo e em cima, é bastante elevado. As dez janelas do andar superior da frente são conformes nas sacadas e em tudo o mais, salvo as duas da cadeia cuja diferença de terem grades e não sacadas é pouco reparável e passa quase despercebida. Em baixo correspondem-lhes outras tantas aberturas de portas ou janelas e o mesmo acontece com as janelas de peitoril da Cadeia para a rua de Cambaia onde está a porta da mesma Cadeia.

A fachada principal ocupa o centro da Praça Nova olhando para o noroeste; os cunhais são de cantarias sobrepostas com saliências alternadas; no ângulo

lo direito junto da arquitrave está um escudo com as Armas Reais; e no esquerdo do outro com o braço das Armas da Vila, cinzelados ambos em mármore branco.

São cinco as casas do frontispício, tanto em baixo como em cima e cada uma recebe claridade por duas janelas ou portas. A primeira inferior da parte do poente (junto ao quintal da Câmara sobre cuja porta está o sino de correr) é a casa do trigo, de todas a mais vasta e clara porque recebe luz por três lados. Está depois dela (para o oriente) uma janela e a porta principal destes Paços com um candeeiro fixo por cima desde que inventaram em 1877 a iluminação da vila e estabeleceram ali o posto da Polícia civil. Depois ficam duas janelas e duas portas dos açougues da carne e do peixe e em último lugar duas janelas de grossas grades de ferro da enxovia ou prisão inferior.

O açougue da carne foi luxuosamente reformado em 1877 com cantarias e azulejos do Convento de S. Paulo.

Subindo pela escada principal, que é amplíssima de sorte que podem por ela caminhar seis pessoas à parelha, chega-se a um recebimento ou patamar onde em 1863 se abriu uma porta para os tribunais da Administração do Concelho e Repartição de Fazenda Nacional. E depois volve a escada em direcção contrária até chegar a um sobrado que terá apenas um terço do tamanho das salas e onde estão duas janelas. Para a mão direita (sobre o açougue da carne) está o Auditório dos Juizes de Fora onde nos nossos dias deram audiências os Juizes de Direito e ainda hoje as dá o Ordinário. No topo dele vêem-se as Armas Reais sobre a cadeira do magistrado; em frente desta, uma comprida mesa para os escrivães também porem papéis e escreverem; aos lados, bancos de espaldada sobre um alteado escabelo para o Delegado da Procuradoria Geral da Coroa e Advogados, com bancos-mesas diante para ali pousarem livros e papéis e tomarem apontamentos; e depois outros bancos de espaldada em ponto mais baixo para os jurados, membros do Conselho de Família, etc. Na parte extrema do tribunal, junto à mesa, colocam-se mochos de madeira ou bancos singulares sem espaldada para os réus. Esta parte que constitui o tribunal propriamente dito é separada por uma teia ou cancelo de pau do resto da sala que serve para o povo assistir às audiências. Aqui há também alguns bancos.

Do Auditório do Judicial passa-se à Curia ou Consistório do Senado que também se acha dividido em duas partes, cuja primeira é para o povo e requerentes e a segunda, para a qual se sobe por dois degraus, é para os Vereadores que se sentam em cadeiras de elevado espaldar ao redor da mesa, ficando o Presidente no topo dela. Aos lados, em redor das paredes, estão os bancos de espaldada que serviam outrora aos nobres e misteres que formavam o anti

go Conselho Municipal ou Gente da Governação da terra; servem actualmente para os Párocos e Regedores em recenseamentos e outras reuniões enquanto não chega a ocasião de tratar-se das suas freguesias porque então sentam-se os Párocos à direita do Presidente e os Regedores à esquerda do Administrador do Concelho.

A plateia ou parte do povo tem bancos rasos para descanso dos assistentes.

Os ornamentos desta sala consistorial do Município são dignos dela e da Curia dum povo illustre e pena é que não tenham os Vereadores modernos mandado retocá-los visto que o precisam.

Ao entrar nesta Curia está, entre a porta e a parede exterior, um pequeno quadro de panos de Arrás (como os demais) que julgo representar a Débora administrando justiça aos Hebreus debaixo da palmeira do seu nome situada no monte Efraim entre Rama e Bethel; e numa elipse do fecho dos contornos deveria ler-se o verso quinto do capítulo IV do Livro dos Juizes: "*Sedebat sub palma... ascendebantque ad cam filii Israel in omne judicium*",⁽¹⁾ mas não se lê porque se acha obliterado pela acção do tempo. No intervalo das duas janelas de sacada vê-se o Anjo Custódio da Vila exaltando o seu Brasão de Armas com ambas as mãos. Na parede fronteira à porta, e que é meieira com a sala livre da cadeia, está o maior de todos os painéis representando uma extensíssima fileira de litigantes Israelitas, abarbados uns aos outros até que lhes chegue a vez de exporem a Moisés os seus pleitos; Moisés à portada sua tenda, além do Mar Vermelho, conferencia com seu sogro Jethro que lhe dá o conselho de constituir Juizes do povo para ele se eximir de um tão penoso trabalho, dizendo: - *Escolhe de toda a plebe os homens poderosos e tementes a Deus, homens verdadeiros...; e tenham eles a seu cargo o julgarem o povo em todo o tempo (Provide autem de omni plebe viros potentes, et timentes Deum, in quibus sit veritas... qui judicent populum in omni tempore)*.⁽²⁾ É o letreiro que tem por cima numa elipse.

Adiante deste painel, já sobre o terraço dos Vereadores e Conselheiros Municipais, está Salomão julgando o litígio das duas mulheres que disputavam a posse de um menino. O quadro representa este pendendo já da mão esquerda de um algoz com o cutelo alçado na direita para o dividir ao meio enquanto a verdadeira mãe tapa os olhos com o manto e recusa receber a parte que lhe fôra adjudicada na sentença provisória do Rei que, apoiado no seu perfeito

(1) Sentava-se debaixo da palmeira e subiam até ela os filhos de Israel para lhes resolver todas as questões ou litígios.

(2) Exod., XVIII, 21 e 22.

conhecimento do coração humano, esperava daquele modo conhecer qual era a mãe da criança e quem lhe falava a verdade. Tem por cima o verso 27 do capítulo III do 3º Livro dos Reis em que se contém a sentença definitiva de Salomão: - *Dai a esta o menino vivo e não o mateis porque ela é a sua verdadeira mãe (Dixit Salomon: - Date huic infantem vivum, et non occidatur; hace est enim mater ejus.)*

No topo da sala estão dois portados para uma casa de desafogo dos Vereadores onde há comunicação para a residência do carcereiro a fim de poderem os réus vir para as audiências sem descerem à rua. Entre as ditas portas está o retrato de El-Rei D. José, como fundador destes Paços, em quadro a óleo e por cima, na cornija, fabricou-se nos nossos dias uma peanha para estar um busto de El-Rei D. Pedro V em gesso. A razão disto foi unicamente o ter entrado ali este monarca.

Passando à outra banda, meieira com o Auditório do Judicial, está o painel que representa o julgamento de Susana com o verso 61 do capítulo XIII do Livro de Daniel: "*Et surrexerunt adversus duos presbyteros (convicerat enim eos Daniel ex ore suo falsum dixisse testimonium) feceruntque eis sicut male egerant adversus proximum*".⁽¹⁾

Depois está Samuel debaixo de uma palmeira administrando justiça a vários requerentes de cabeças descobertas e arrimados aos seus bordões. O leitreiro da Sagrada Escritura está apagado e deveria ser este: "*Samuel ibat per singulos dies, circuiens Bethel et Galgala et Masphat, et judicabat Israel in supradictis locis*".⁽²⁾

Na abóbada, logo por cima da cornija, há vários emblemas e decorações pintadas a fresco.

No topo da sala está a "Fama" voando a tocar numa trombeta e com outra de reserva. No ângulo à sua esquerda está a Justiça de espada num punho e balança na outra mão. Pelo centro dos avançamentos da abóbada estão rebecas, flautas e vasos de flores. Mais adiante ergue-se a figura da "Temperança" manuseando as rédeas de um freio. Sobre as janelas do topo exterior está a "Caridade" afagando umas crianças. Da outra parte da cadeia mostra-se a "Prudência" de serpente na mão, em frente da "Temperança". E depois de novos e simétricos ornatos de clarins, violas e vasos de flores surge a "Forta

(1) E levantaram-se contra os dois anciãos (pois Daniel os tinha convencido pela sua própria boca de haverem levantado um falso testemunho) e fizeram-lhes como eles mal feito haviam contra o próximo.

(2) Samuel ia todos os anos visitar as comarcas de Bethel, Gálgala e Maspha e sentenciava os pleitos dos Israelitas nos sobreditos lugares.
- Livro I dos Reis, VII, 16.

leza" de cabeça acastelada antolhando a Justiça. Tal é a fiel pintura da Curia do Senado Calipolense e dela se vê bem claramente que o Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães, director da obra, se esmerou em deixá-la digna de si e da terra em que era erigida.

VIII

Tornando à sala vaga ou cima da escada principal, encontra-se para a mão esquerda a Aposentadoria do Concelho para Provedores e Corregedores que outrora vinham tomar contas à Câmara, verificar o cumprimento de encargos pios de capelas, syndicar da gerência trienal dos Juizes de Fora, etc. A Câmara tinha então ali mobília, camas, roupas e serviço de cozinha e de mesa para estes hóspedes e para mais economia contratou em 15 de Março de 1687 com o fundidor António Rodrigues Prates a feitura de um serviço de estanho para mesa.

Esta nova aposentadoria foi oferecida em 1819 ao Juiz de Fora Lopo José de Sá Pereira Moura e para sua maior comodidade mandou a Câmara dividir a primeira sala em dois quartos com um corredor para comunicação interna da aposentadoria e servir um dos quartos de escritório ao mesmo Juiz. Depois de 1834 desmancharam-se os ditos quartos e corredor e ficou a sala com a vastidão primitiva para nela se estabelecer a biblioteca pública de que falarei noutro lugar. Finalmente em 1860 (pouco mais ou menos) mandou a Câmara dividi-la pelo meio para ser a biblioteca reduzida à parte posterior e a metade anterior servir para secretaria da mesma Câmara, ficando assim esta com três janelas: duas de sacada para a Praça e uma de peito para o quintal. Nesta metade há estantes da mesma biblioteca suficientes para o cartório.

O resto da Aposentadoria é hoje ocupado pelas outras Repartições públicas do Concelho e do Estado.

No primeiro recebimento da escada principal está, como já disse, o pórtico da Igreja de S. Sebastião com um lanço de escada para uma grande sala vaga onde assistem os Contínuos ou oficiais de diligências, recebendo luz por uma janela de peito que olha para o meio-dia sobre o quintal traseiro dos Paços. Para a mão direita fica a secretaria da Administração do Concelho com três compartimentos, um dos quais é o quarto reservado ou Gabinete do Administrador e para a mão esquerda está a Repartição de Fazenda Nacional on

de era a cozinha da Aposentadoria com outra casa interior que lhe serve de cartório.

Junto destas é a residência do carcereiro (lado oriental dos Paços). As escadas para esta residência e para a cadeia pública estão com porta para a rua de Cambaia e são precedidas de uma casa de guarda (militar ou paisana). Fizeram-nas muito empinadas de propósito para dificultar a fuga dos presos, descendo por ela. Ao cimo para a mão direita está um corredor para a sala livre, no qual se vêem dois segredos ou prisões celulares (uma para homens e outra para mulheres) que até aos nossos dias serviram para os presos indiciados em enormes crimes enquanto duravam os interrogatórios para a confissão deles e ali se lhes aplicavam "cachorrinhos", a pintaíña, etc. em tortura: coisa que eu deixaria em silêncio se não observara a incorrigível perversidade dos modernos Liberais e mações em assacar à Inquisição as torturas que ela aprendera (porém modificara) da legislação civil em vigor como tribunal misto que era, isto é, eclesiástico e civil, condecorado com o qualificativo de Régio... Depois está uma pequena sala, chamada a casa das mulheres por ser a sua prisão especial e outra para homens chamada casa forte, a qual tem uma janela para a rua de Cambaia e outra para dentro da sala livre. Esta, que serve para meros delinquentes de crimes leves, tem duas janelas rasgadas para a Praça com vão igual às outras do frontispício e outra de peito para a parte da Praça contígua à rua de Cambaia chamada por alguns Terreiro do Açougue dos Clérigos. Na sala livre está um alçapão de madeira fechado à chave com uma escada portátil que se deita abaixo quando é necessário subir-se ou descer-se à enxovia.

No centro da cadeia fica uma latrina que tem comunicação com as celas superiores e recebendo as águas do quintal vai despejando-as com o lixo por um cano que desce pela rua de Cambaia e Rossio e desagua no ribeiro junto da horta de Alberto Vidigal.

Por baixo da Aposentadoria do Concelho há outras casas que actualmente servem para acomodar as policcias civis e os destacamentos de infantaria durante as feiras e para arrecadação de utensílios da Câmara.

Forca

A forca estava levantada no outeiro situado ao oriente da Ermida de S. Ben^{to} e que ainda conserva e conservará este nome apesar de terem sido, cerca de 1860, derrubados os dois altos paredões em que se apoiava a travessa de ferro ou madeira em que penduravam os grandes infames criminosos, às vezes aos dois e três no mesmo dia, ficando lá pendentes ao capricho dos ventos, dos insectos e das aves de rapina. As escadas eram levadiças e só eram ali colocadas quando tinha de subir algum padecente.

No dia 19 de Novembro à tarde ia lá em procissão fúnebre a Confraria da Misericórdia e trazia na sua tumba os restos que lá encontrava para lhes dar sepultura.

Como durante a guerra da Restauração deixou de haver execuções capitais nesta vila, acabou a Misericórdia com a dita procissão, mas a 13 de Novembro de 1673 acordou a Confraria em conservar tal prática ainda que nada houvesse a recolher da forca, visto que noutras cidades e vilas assim usavam.

CAPITULO LVI

O Brasão de Armas da Vila

I

Visto que acabámos de tratar dos Paços Municipais em cuja frontaria pende o Brasão de Armas da vila e onde também se ostenta pintado nas oficinas, bordado no estandarte e aberto ao buril nos selos da secretaria para se chancelarem os documentos dela emanados, justo é que deste monumento nos ocupemos já aqui.

É uma dívida muito antiga que devo a este respeito e contraída logo no primeiro capítulo destas *Memórias*; e pois que o prometido é devido, vamos a isso.

II

Nem todas as vilas têm brasão e tanto que há pouco⁽¹⁾ publicou Inácio de Vilhena Barbosa uma obra sua intitulada *As cidades e vilas da Monarquia Portuguesa que têm brasão*, das quais se ocupa unicamente naquele trabalho corográfico.

Não sei dizer quando foi outorgado a Vila Viçosa o seu Brasão de Armas; creio, porém, que tal outorga datará do tempo de El-Rei D. Manuel que se dedicou muito à armaria,⁽²⁾ além de que a forma do brasão indica a época de estar já o nosso castelo reconstruído à moderna pelo Duque D. Jaime. No arquivado da Torre do Tombo é que se poderá saber com certeza quando isto foi.

O autor do *Portugal Restaurado* escreveu há dois séculos que as Armas de Vila Viçosa eram "três castelos em um escudo".⁽³⁾ Assim mesmo se tem dito entre nós que elas são e assim têm sido bordadas ou pintadas no estandarte

(1) Em 1862.

(2) *Nobiliarquia Portuguesa de Vilas Boas*, cap. 22.

(3) Tomo 4, pág. 299.

municipal e nos açougues, etc. Contribuí para propagar este uso o brasão cinzelado em mármore que pende no ângulo ocidental dos Paços do Concelho e o outro que o Anjo Custódio na Curia está mostrando a quem ali entra. E esta prática faz *de ouro* os três castelos em *campo azul*, o que tem tornado o nosso brasão de um belo efeito.

Quando, porém, no ano de 1867 (pouco mais ou menos) mandou a nossa Câmara fazer em Lisboa um selo de prensa pela forma usual, objectou de lá o gravador que não era deste modo que o brasão estava composto na obra de Barbosa e se pintara nas iluminações de quadros transparentes que naquela Corte houveram lugar nas festas da aclamação de D. Pedro V e do casamento do Senhor D. Luís I em 1862, mandando um desenho a lápis de como aparecia na citada obra de Barbosa. Ora este diz o seguinte:

"O seu brasão d' Armas é, em campo verde, um castelo de prata entre duas torres, também de prata. Sobre o castello tem a imagem de Nossa Senhora da Conceição e por cima da porta da fortaleza as cinco Quinas de Portugal. Alu de o brasão à Padroeira da villa, o seu castello de fundação Real e ao viçoso da situação " (1)

Creio, pois, que este é o legítimo, ainda que não usual brasão da nossa vila, pois Vilhena Barbosa viu os brasões que se acham pintados na Torre do Tombo e são os autênticos.

A meu ver, o castelo é representação daquele mesmo que D. Jaime reconstruiu para se defender com tanta glória em 1665 e as torres aludem aos dois revelins que reforçam a cidadela.

III

Não se admirem os leitores destas variantes, pois quem folheia o notável dicionário de Pinho Leal intitulado *Portugal antigo e moderno* vê que semelhantes diversidades se dão com outras cidades e vilas.

Comparando com o brasão descrito e figurado por Vilhena Barbosa o selo antigo de prata que serve na secretaria da Câmara pelo menos desde o princípio do século XVII, observa-se que não desdizem muito um do outro. Mais: num folheto de 1730 intitulado *Directório extracto por onde se pode ordenar a pro*

(1) Volume 3, art. Vila Viçosa.

cissão do Rosário, etc. em Vila Viçosa⁽¹⁾ e escrito por um anónimo Religioso da Província da Piedade, faz-se um programa para a procissão do Rosário de S. Paulo e na turma civil projecta-se exhibir a figura da vila embraçando um escudo verde com as suas armas - o que revela não ser ainda usado o azul.

Quando se tratou de adquirir o moderno selo de prensa, como dito é, ventillou-se na secretaria da Câmara a questão destas diversidades e conveio - se em que a transformação das duas torres em castelos provém de equívoco de nosos avós, porquanto as torres só diferem dos castelos roqueiros em serem menos anchas; e, quanto à omissão das Quinas sobre a porta do castelo central e do nicho de Nossa Senhora da Conceição em cima do mesmo castelo, concordou-se em que passaram desapercibidas caíndo assim em esquecimento.

O selo novo da Câmara foi com efeito amoldado ao desenho de Barbosa, mas não copiado com exactidão, pondo as duas torres no castelo central quase como guaritas laterais.

Uma vez, pois, que aquelle notável escritor se regulou pelo que viu na torre do Tombo, deve adoptar-se rigorosamente a forma que ele exhibe e que, de certo, é bela e devota, agradando por isso a todos. Seja verde o campo do escudo; figure-se no centro dele um castelo roqueiro de prata entre duas torres também de prata ficando estas menos elevadas como os revelins da cidadela actual se elevam também menos do que ella; sobre a porta do castelo ponham-se em cruz os cinco escudos com cinco dinheiros cada um; e em cima das ameias do mesmo castelo retrate-se a Virgem da Conceição a descoberto ou sem nicho para ficar radiante o seu vulto encantador e teremos um brasão lindíssimo, apropriado, muito devoto e sobretudo legítimo e verdadeiro.

Depois de aparecer a citada obra de Barbosa houve em Lisboa uma empresa que se propôs editar os brasões das cidades e vilas coloridos. Há em Vila Viçosa quem tenha uma porção deles incluindo o da nossa terra.⁽²⁾

(1) Este opúsculo aparece numa grande colecção de opúsculos que há na Biblioteca de Évora.

(2) Joaquim José Fernandes.

CAPITULO LVII

A Fonte Grande, a Balona, o Chafariz de Bestas e o Lago

... a qual se chama fonte grande por ser de mais feitio e ostentação e deitar de si mais água que a pequena.

(Calado - Valeroso Lucideno)

I

Passando a descrever as fontes públicas, depara-se-nos em primeiro lugar a Grande que ainda nos anos de 1875 e 1876, época da maior seca dos nossos dias e de todo o século corrente, nos deixou novos testemunhos da grandeza do seu manancial, não cessando nunca de correr com maior ou menor quantidade pelas duas bicas inferiores de ferro.

A sua forma actual é elegante e aparatosa, posto que os três frontões da fachada não sejam todos feitos de cantaria. Desses frontões, o do centro eleva-se mais e termina num ângulo em que está hoje posto um candeeiro da iluminação geral da vila. Tem quatro bicas de mármore com boquilhas de ferro, as quais se acham estragadas e só correm nos invernos de grandes chuvas. As duas inferiores de ferro foram metidas já neste século e são causa de não correrem senão muito raramente as quatro superiores, como dito é. Tanto à flor da terra se deriva esta nascente que poucos degraus⁽¹⁾ se descem para chegarmos ao patim onde está o chafariz ou taça das bicas. É a única fonte que hoje tem descidas por três lados, sendo mais campeiras contudo as escadas da frente por tomarem toda a largura do frontispício.

Por não servirem já as quatro bicas superiores está desembuchada a taça, correndo para o fundo as duas novas e inferiores e saindo logo a água pela bucha para o ribeiro do Beijudo que lhe passa quase detrás.

É situada esta fonte ao norte, em ponto extremo da vila e olha para o sul

(1) São seis.

ou boca inferior da rua de D. Pascoela de Gusmão.

II

Agora vejamos as notícias antigas que dela nos restam.

O seu manancial devia brotar à flor da terra antes de se construir a fonte como inculca a sua copiosidade e a carência de canos condutores ou aqueduto e quando chegou o século XVI, em que a nossa vila estava no apogeu da sua prosperidade, ornamentou-se com pouca diferença do que lá vemos. Não quero porém dizer que antes disso mostrasse apenas a forma de charco, pois deveria possuir algum resguardo e talvez do tempo dos Romanos, como acontece ainda com as fontes concelheiras do nosso termo na sua parte rural.

Frei Manuel Calado faz assim a descrição desta fonte. *"a qual se chama fonte grande por ser de mais feitio e ostentação e deitar de si mais água que a pequena porque por duas partes deita tanta água por duas bicas que com ela pode moer um moinho de trigo. Esta água cahi em uns tanques pequenos e dalli por uns canos vai correndo por dentro de um muro feito de pedra e betume, o qual tem seus canos por onde esta água corre dentro em um lavadouro".*⁽¹⁾

O resto ficará para depois.

Do exposto vê-se que a colocação das bicas se acha alterada e mais notável se torna o compararmos as palavras do Paulista com as do Capitão Cadornega que, apesar de mais novo, era contemporâneo daquele. Ouçamos a sua descrição desta fonte:

"Havia n'aquella villa quatro Reaes fontes: a fonte grande, toda de pedraria, aberta com grandes chapões e tabuleiros⁽²⁾ e escada da mesma matéria, onde todos enchiam a sua vasilha sem ser por bicas: ⁽³⁾ tinha no fundo uma grande pedra, do tamanho de uma campá, onde estava a caixa da água e dela saía por uns agulheiros; e diziam que era tanta a água que se lhe tirassem aquella pedra, que saísse sem ser oprimida, que alagaria muita parte d'aquella vila. D'alli sahia para hortas e pomares e para muitas azenhas e atafonas".⁽⁴⁾

(1) Valeroso Lucideno, pág. 96.

(2) São os tanquinhos de que fala Calado.

(3) O outro menciona duas bicas.

(4) Queria dizer lagares de azeite. Descrição de Vila Viçosa, escrita em 1683 na cidade de Luanda.

Veja-se quanta diferença do dizer de um e de outro relativamente à mesma época (princípios do século XVII)!

O que eu infiro destas variantes é que os frontões de cimento não estavam lá, mas era aberto o frontispício conforme as palavras de Cadornega, vendo -se assim o interior do corpo da fonte com a água a golfar por buracos e a transbordar-se para fora, não para uma taça geral, mas para duas ou três pequenas.

Ainda hoje se distinguem claramente no meio do frontispício duas colunas toscanas ou dóricas por meio das quais se partia em três o mesmo frontispício, figurando como uma alpendurada e assim os Calipolenses mergulhavam dentro os seus cântaros e tiravam-nos cheios de água. Mais. Nos obituários da Matriz e ano de 1670 está o assento de uma fulana que morava na fonte coberta e teve sepultura em Santo Agostinho. Ora o sítio da fonte coberta não podia ser outro senão o Terreiro da Fonte Grande e cabia-lhe o título com justeza porque a fonte estava coberta com a alpendurada de mármore, colhendo-se a água de mergulho.

As alterações desse estado foram feitas no ano de 1693, como deixo relatado na Primeira Parte, e depois disso ainda se fizeram ali obras. Taparam-se as três aberturas com cimento porque a vila não era já tão rica e puseram-lhe quatro bicas para uma taça geral; e porque depois em anos de esterilidade corriam mal as ditas quatro bicas, abriram-lhe as duas mais baixas que hoje correm, mas ficando já a taça vazia por estarem as últimas dentro da mesma taça. A idéia de se taparem as aberturas talvez mirasse a impedir sujeidades que mal intencionados não hesitam em lançar numa coisa tão preciosa como é uma fonte pública.

O corpo da fonte com o seu jazigo ou arca e as escadas são ainda as mesmas da primitiva construção.

III

As sobras da Fonte Grande, correndo então mais altas, puderam ser aproveitadas para um lavadouro de roupa edificado no mesmo largo ou terreiro. Veja-se o que Frei Manuel Calado continua dizendo sobre esta fonte e que eu omiti atrás para não confundir assuntos, mas distingui-los aliás:

"Esta água cai em uns tanques pequenos corre dentro em um lavadouro

ro no qual podem lavar mais de cem mulheres sem se estorvar uma à outra; e cada uma tem sua pedra para bater a roupa; e sobre cada pedra lhe cai um torno de água.⁽¹⁾ Este lavadouro se chama a Balona e é feito pela traça de um que está em Roma, por ordem de João Álvares Caminha, sendo Vereador naquelle vila ".

Quer isto dizer que o dito lavadouro e talvez a construção ou reconstrução da fonte eram obras contemporâneas ou quase do Paulista escritor.

A Balona, pois, esse grandioso lavadouro, devia estender-se ao longo da levada ou ribeiro do Passadiço ou do Beijudo onde em parte se achava actual chafariz de bestas e acabou necessariamente em 1693 quando a fonte foi reformada pela razão de não poderem já as sobras chegar à altura do cano da dita Balona.

Então a Câmara construiu por baixo da fonte o pequeno chafariz de bestas que deu o nome à última rua do largo, alimentando-o com água da Fonte Pequena (se não era esta que já dantes ia ter à Balona) e detrás deste chafariz fabricou um lago para se banharem homens e cavalgadas e onde lavassem mulheres em pedras assentes nos bordos.

Todos nós ali conhecemos os ditos chafariz e lago até ao ano de 1856. Então por instâncias dos dois Azambujas (António Carlos e Manuel de Matos) que moravam na casa nobre daquele terreiro e não gostavam de ver os rapazes nus a banharem-se no lago e as mulherinhas lavadeiras a descompôrem-se com palavras indecentes e a brigarem umas com as outras dando-se com os torcidos pela cara, etc., mandou a Câmara demolir os ditos chafariz e lago e fabricar outros de novo: o chafariz de bestas naquele mesmo largo junto ao muro da levada pública e com dobrada extensão e o lago no Terreiro de Santo Agostinho, onde acabava o cano real do Passadiço e lavavam também as mulheres. Ao oriente deste novo lago, também duplicadamente maior, construíram um pequeno lavadouro provido com água do mesmo lago e junto à bucha puseram uma pedra com 1856 para memória destas obras.

Diga-se em verdade que elas ficaram boas e baratas porque o Convento de S. Paulo forneceu com abundanças quantos mármorees foram precisos sem a Câmara ter que os pagar e por outra parte o lago da Fonte Grande, que é pequeno, ficou mais desimpedido e a fonte acessível por todos os lados.

(1) Estes tornos ou pequenas bicas saíam do cano interior de um muro, que menciona.

IV

Calculava Frei Manuel Calado que a água desta fonte era bastante para fazer moer uma azenha e com efeito ela, junta com a da Pequena, a do Chafariz de El-Rei e as pluviais do Passadiço, constituindo tudo já o ribeiro do Beicudo, fazem moer todos os lagares de azeitona daquela parte que hoje são cinco e já foram sete. Desses cinco há três (o do Buraco do Corregedor, o dos Pelames e o do Porto de Elvas) que moem também cereais no resto do ano e além disto há mais uma azenha por baixo do lagar do Porto de Elvas, outra na herdade do Paraíso e outra (renovada nos nossos dias) no Engenho de Ferro. Total: 6 azenhas, sendo três também lagares de azeite.

Conquanto a água da Fonte Grande seja primorosa e tão boa como a das outras fontes da vila, não lhe eram afectos os nossos antepassados e tanto que nos transmitiram ser ela dotada com uma qualidade ruim... Qual? Fazer aquela água "criar piolhos" como se os não criassem os que bebem das mais fontes!

Chegado porém o ano de 1876 em que se esgotaram de todo as fontes Pequena e do Carrascal e a arca da Fonte do Alandroal tinha de quando em quando a bomba desgovernada trazendo já por último água turva com galritos, forçoso foi aos Calipolenses em geral irem prover-se na Fonte Grande que nunca deixou de correr embora muito minguada e então os seus vizinhos não perderam o ensejo de mofar dos concorrentes do centro e sul da vila, perguntando - lhes se achavam já boa a água dos piolhosos.

Era isto, pois, uma antipatia estulta como a que os nossos vizinhos de Borba tinham com a sua Fonte dos Finados, da qual ninguém bebia apesar de ser excelente por se derivar do pé de um antigo carneiro ou cemitério, mas que lhes foi único recurso dentro da vila na mesma época.

A razão de não ser tão frequentada a nossa Fonte Grande é por estar num extremo da povoação, mas sempre dela têm bebido os vizinhos do seu bairro.

CAPITULO LVIII

A Fonte Pequena, o antigo Chafariz de bestas junto dela e mais um lavadouro que já não existe. Alterações da mesma fonte e seu estado actual.

Quem bebe água da Fonte Pequena e come abêrras do ribeiro do Beijudo, já se não vai de Vila Viçosa.

(Provérbio Calipolense)

I

A Fonte Pequena, situada no Terreiro de Santo Agostinho com costas para a avenida que da Corredoura se continua pelo Largo da Assaboaria e Terreiro do Paço até à Porta do Nó, é a mimosa dos antigos e modernos Calipolenses como para Horácio era a fonte de Blandusia. Dela diziam, e hoje ainda se repete, o que acima pus como epígrafe deste capítulo.

Mas a Fonte Pequena é menos abundante do que a Grande como verificámos no ano de 1876 em que se esgotou de todo no mês de Setembro apesar de lhe terem sido metidas em Outubro de 1875 três bicas de ferro em ponto mais baixo ou já dentro da taça como se praticara outrora na Grande. As quatro bicas de mármore, postas na reconstrução de 1687, não corriam já no dito Outubro.

No entanto, a Pequena abunda presentemente mais do que a Grande quando os anos são fartos de água, pois tendo quatro largas bicas de mármore e três de ferro todas elas despejam com grande murmúrio um impetuoso caudal.

Dessas bicas, todavia preferem os Calipolenses a do norte, chamando - *lhe bica da Senhora da Graça* por ficar da parte da Igreja de Santo Agostinho.

II

Frei Manuel Calado e Cadornega não omitiram a descrição desta fonte, mas o primeiro é mais extenso. Diz ele:

"A uma parte (do Terreiro de Santo Agostinho) está uma grandiosa fonte de crystalinas águas em quadro e cada painel tem quasi vinte e cinco palmos. É toda feita de pedra mármore, com dous peitoris nos dous lados aonde se arriam os que querem beber na fonte ou tirar água dela, aonde as môças de serviço e escravas põem os cantarinhos e talhas para as levantarem à cabeça; e por os outros dois lados tem esta fonte escadas de pedra mármore em triângulo, por cada um dos quaes podem descer dôze homens à parelha a beber de brucos na fonte: e os degraus não são mais que quatro. Tanta água nasce nesta fonte que sempre está deitando em ondas água fora por dois canos e vai dar em um lavadouro de roupa. A um lado, um pouco mais abaixo da borda da pedra,⁽¹⁾ tem esta fonte um ralo de bronze por o qual entra grande cópia d'água, a qual por um cano secreto⁽²⁾ vai responder a um chafariz quadrado de pedra mármore de tres ou quatro palmos em alto, no qual podem beber mais de duzentas cavalgadas sem se impedirem umas a outras. No meio deste chafariz está um cavalo de pedra, o qual por a boca, olhos, ventas e ouvidos está deitando esta água "⁽³⁾

Vê-se, pois, claramente que a forma da Fonte Pequena era nos fins do século XVI totalmente diversa do que é hoje e que por baixo dela, no mesmo Terreiro de Santo Agostinho, estava um chafariz ou bebedouro de bestas e um lavadouro de roupas, alimentados com as sobras da sua água.

O corpo da fonte era quadrado e piramidal com a altura de cinco metros. Em duas faces deste corpo havia bicas e nos outros não porque nas primeiras era a água obrigada a repuxar para cair na taça em altura a ir vasar-se depois no chafariz de bestas e nas segundas corria espontaneamente, descendo -se por isso ao tanquinho por quatro degraus. Esta água é que por um cano subterrâneo ia dar ao lavadouro de roupa.

Devia portanto ser uma linda fonte e ficar aquele Terreiro muito aformosado com o chafariz e o lavadouro, ocupando tudo isto o que vai da fonte até quase aos Paços dos Lucenas.

(1) Da taça dos dois primeiros frontões ou quadros.

(2) Ou por baixo do chão.

(3) Valeroso Lucideno citado.

Como nos dois frontões das bicas estavam as taças à superfície do Terreiro, sendo a água obrigada a elevar-se, claro é que nos anos secos devia para lizar ali a corrente; e, por outra parte, a constante abertura de noras e poços com engenhos nos quintais vizinhos da sua rectaguarda (ou poente) prejudicou muito a abundância desta fonte. Por isso, não só a Câmara reagiu contra o abuso de tais poços e noras, mas até El-Rei D. João IV expediu Provisões para se efectuar o seu entupimento, como fica dito na Primeira Parte. (1)

Achando-se, pois, seca esta fonte por vezes na segunda metade do século XVII e querendo as Municipalidades guardar respeito indevidos para com os donos dos poços ameaçados de entupimento, resolveram rebaixar antes a mesma fonte, o que se efectuou no ano de 1687 como diz a Era posta no seu frontispício. Não conto agora miudamente como isso foi levado a cabo porque já está escrito na Primeira Parte (2) e apenas mencionarei que o Mestre de Campo General Dinis de Melo e Castro, pouco depois agraciado com o título de primeiro Conde das Galveias, foi quem mais influu para se fazer tal obra emprestando até o dinheiro que nela se gastou. Foram 174\$675 réis e recebeu-os aos poucos e poucos.

A fonte chamada pequena ficou então sendo mais campeira do que a Grande. Puseram-lhe uma só escadaria de oito degraus, mas no patim ressumbrou depois tanta água que foi mister assentar sobre ele quatro lançantes ou passadeiras desde o último degrau até à taça em frente de cada bica de mármore. O frontispício ficou bastante elevado, rematando em ponta aguda ou tendo a forma de obelisco, sem outro algum ornato além de dois cunhais com o seu capitel que continuava pelo obelisco acima servindo-lhe de moldura e uma elipse ou círculo achatado no meio com o ano da reformação.

Este frontispício era (e é) de mármore lisos até à altura dos cunhais e, porque ficava com as costas para a avenida que segue da Corredoura e além disso embargava as vistas da casa em que morava o Escrivão da Câmara Francisco António dos Santos, foi derrubado em 16 de Julho de 1852 até aos cunhais, fabricando-se então uma cimalha horizontal e geral de um a outro extremo co-

(1) Capitulo 62. Veja-se também o 137 que é muito curioso a respeito dos danos que as noras vizinhas causam a esta fonte.

(2) Capitulo 70.

mo lá está agora; e construiu-se detrás um pasmatório em forma de *Dominus vobiscum*. O centro deste foi calçado com pedras miúdas de cantaria azul e branca, figurando listões e xadrezes e os assentos dos poiais ou cadeirões tiveram lájeas novas de mármore branco porque ainda se não tinha começado a explorar a mina⁽¹⁾ de S. Paulo.

As duas guardas ou encontros da escadaria da fonte estão guarnecidas de mármore antigos, tendo alguns deles fundas covas de jogos de xadrez, do qual muito gostavam os antigos, assim como da péla; mas, por serem de curtas dimensões tanto estes como os demais da escadaria e do frontispício, vê-se que toda esta cantaria era da antiga construção da fonte.

Ora, com o rebaixe de 1687 deixou necessariamente de existir o grande lavadouro de roupa e o chafariz do cavalo de pedra por não poderem já as sobras da fonte correr para eles que eram mais altos do que o seu nível, e assim foram encaminhadas por caño subterrâneo até ao Largo da Fonte Grande onde pouco depois se construiu o chafariz de bestas e lago, já mencionados no capítulo anterior, e já substituídos por outros, como dito é ali mesmo.

IV

A Fonte Pequena também nos primitivos tempos devia brotar à superfície do solo e provavelmente a construção magnífica, descrita por Frei Manuel Calado, assim como a da Grande é obra do meio do século XVI. A menção mais antiga desta fonte que achei por ora é do ano de 1569. No Livro da escritura da mesa da Misericórdia de 1568-69 está, no artigo das Enterrações, menção de acompanhar a Confraria um filho de João Candeiro à Fonte Pequena em 6 de Junho de 1569.

É a nossa Fonte Pequena como tenho dito a mais gabada e frequentada pelos Calipolenses. Dela se abastecem não só os moradores do Terreiro do Paço e ruas próximas, senão também os do centro da vila (Praça Nova) onde não há fonte pública e é mister que a haja para maior cómodo dos seus vizinhos.

Nas noites de verão é frequentada por gente de todos os bairros e comem-se ali muitos caramelos desfeitos em copos da sua água.

(1) Assim lhe chamou alguém

CAPITULO LIX

Fonte do Alandroal

... onde concorre a maior parte da gente por ser a melhor que há na terra.

(M. Pereira - Vereação de 20 de Junho de 1654)

I

A fonte que está na extremidade baixa do Rossio de S. Paulo, chamada hoje simplesmente *Fonte do Alandroal*, tinha nos séculos XVI e XVII o nome de *Fonte do Poço do Alandroal* como se lê no *Parnaso de Vila Viçosa*⁽¹⁾ e nalgumas Posturas Municipais sobre a sua polícia;⁽²⁾ e destas provas inconcussas resulta que por erro tipográfico é que na descrição de Frei Manuel Calado se lhe dá o título de *Poço do Mandroal* que nunca teve nem o Paulistalhe quis dar.⁽³⁾

A razão de lhe chamarem nesses tempos Fonte do poço é fácil de adivinhar e já disse na Primeira Parte qual era.⁽⁴⁾ Aquele manancial brotava na primitiva idade à flor da terra; depois em anos de seca foram-no escavando e assim no cabo de séculos veio a tornar-se poço algum tanto fundo. Nesta situação o encontraram já os Portugueses quando repovoaram Vila Viçosa e portanto *Poço* lhe chamaram e *rua do Poço* é chamada ainda uma que lhe fica perto.

Chegado o século XVI em que a nossa terra era tão opulenta e não queria ceder em brio às mais povoações do Reino quanto à ornamentação das fontes públicas e se procedeu a tornar até luxuosas a Grande e a Pequena, mandou a Câmara (ou algum Duque de Bragança) converter o poço em fonte, praticando-se junto dele uma grande escavação para as escadas e patim da taça com algumas

(1) Livro 2, cap. 16 - Calado e Cadornega também lho chamam.

(2) Duas de 1640 e 1648 podem ver-se nos Anais da Primeira Parte.

(3) Os impressores leram no manuscrito M por Al: equívoco fácil.

(4) Capítulo 4, etc.

bicas ficando estas na altura da água do Poço que passou a ser arca ou jazigo principal da nova fonte.

Ora, como o povo estava acostumado a chamar-lhe poço e agora fôra convertido em fonte por uma nova construção operada junto dele, amalgamou os dois títulos apelidando-o *Fonte do Poço*.

No livro da escrituração da Misericórdia em 1569 menciona-se uma fulana (Inês Martins), moradora ao Poço do Alandroal, o que dá a entender que ainda não tinha a forma de fonte.

Resta explicar a restrição *do Alandroal*, mas isso ficará para depois.

II

Nem Moraes, nem Calado nos deixaram uma descrição clara do feitiço desta fonte. Só Cadornega o fez, dizendo:

"A fonte chamada Posso do Landroal, sita no Roxio, junto do convento das freiras de Nossa Senhora da Esperança, he muito grandiosa, assim na abundancia da água como da muita pedraria mármore com que he fabricada; desce-se a ella por muitos degraus espessos, e lançantes abertos por cima,⁽¹⁾ estando a fonte em baixo, mui campeira, com tanque, água riquissima e frigidissima, tendo em cima uns parapeitos da mesma pedraria,⁽²⁾ porque não tem escada,⁽³⁾ que servem de assentos aos que alli vão recrear "⁽⁴⁾

Esta descrição conforma-se com o estado actual da fonte, excepto quanto às passadeiras ou lançantes do patim que já lá não estão, mas não tem mais cantaria do que a das escadas, taça, patim e revestimento das guardas laterais.

Porém a posição dela foi mudada no ano de 1760 como dizemos algarismos da frontaria e o recordam ainda pessoas velhas. Dizem estas (e eu assim o creio) que a fonte olhava para o sul, tendo as costas para a arca ou poço antigo, o que não era tão bonito pois, sendo ela situada no cabo do Rossio e estendendo-se este para o poente, para esta parte devia olhar também a fonte

(1) Eram passadeiras como tem a Fonte Pequena, desde a última reforma, no patim.

(2) Nós chamamos-lhes guardas.

(3) Menciona esta circunstância porque a Fonte Grande tinha e tem descidas laterais e na Pequena descia-se também por todos os lados.

(4) Descrição de Vila Viçosa, ms. de 1683.

e mudar-se a escada. É mais se diz por tradição que os Falcões, pai e filho (João e Joaquim) que moravam mais acima foram os autores desta reforma.

Ora, que houve mudança na posição da fonte di-lo claramente a acta da vereação de 2 de Julho de 1783 em que José de Sousa e Menezes, dono da Horta das Figueiras, requereu à Câmara licença *para mudar a fonte para o seu lugar antigo*:⁽¹⁾ requerimento que foi despachado *sem prejuízo da água concedida às Freiras da Esperança e que corria para a nora da sua horta*.⁽¹⁾ Porém, qualquer que fosse o motivo a fonte ficou no mesmo estado até aos nossos dias.

Esse estado era o seguinte. O frontispício de alvenaria com uns pequenos cunhais de mármore erguia-se (e ergue-se ainda) em forma piramidal de bom gosto, estreitando em cima para tornar a alargar um pouco e formar um remate levemente pontiagudo sombreado por uma cornija debaixo da qual estão os algarismos 1760. As largas escadas e o patim de mármore ficaram sendo os mesmos do tempo de Cadornega, salva a sua posição, e talvez que nem bulissem no patim ou parte dele por vir a ficar no mesmo sítio.

Os degraus ficaram sendo treze e, porque os anos iam secos, encheram com lâjeas de cantaria os intervalos dos lançantes, ficando assim encoberto o patim antigo.

Mas porque sempre ali ressumbra água nos anos chuvosos fizeram-lhe um cano de esgoto encaminhado para a levada.

A fonte constava de quatro bicas pequenas de ferro, todas alinhadas e medidas em grandes carrancas de mármore branco, e tinha a sua taça pouco elevada com um ralo para se esvaziar para o cano subterrâneo que a leva ao ribeiro do Rossio dentro da Horta do Alberto.

III

Chegado, porém, o ano de 1834 foram arrancadas as carrancas e a taça por influência de Francisco António dos Santos e destapou-se o reservatório secundário que é detrás das bicas para se assentar na bucha da arca um largo caneiro pelo qual corresse com a possível abundância a água da mesma arca ou jazigo principal, não tanto para fartura do povo como para conveniência das

(1) *Textuais palavras da acta ou termo.*

hortas do ribeiro do Rossio onde o dito Santos possuía a da Trombeta e a do Couteiro.

Assim esteve a fonte até ao ano de 1868.

Não estava bem porque nos anos de muitas chuvas afogava-se o caneiro na sua mesma abundância, convertendo-se o reservatório em tanque e enchendo-se af de mergulho as vasilhas; e além disso, nas grandes tempestades, sucedia e sucede ainda algumas vezes entrarem pela fonte as enxurradas do Rossio e seu ribeiro emporcando a fonte. Por isso a Câmara de 1868 repô-la no estado anterior a 1834, mas assentando apenas duas carrancas no ponto mais baixo que foi possível para melhor asseio e menor privação de água nas hortas; e em memória desta restauração fez pintar no meio de uma elipse no frontispício: C.M. - 1868.

Em 1876, por ocasião da grande seca do nosso tempo, repetiram-se os distúrbios do ano de 1834 sempre com o fim de melhorar o giro das hortas em prejuízo do asseio da fonte. Arrancaram-se outra vez as carrancas; destapou-se o reservatório; levantou-se o patim inferior porque o superior já tinha sido levantado em 1868; e af sustaram os trabalhos em face de um bancal contínuo de rocha viva. Fizeram-se reparações inúteis e até danosas na arca; abriram-se os canos de esgoto; e tudo ficou desbandalhado até ao ano de 1877 em que se repôs a fonte no seu estado anterior, sem vantagem alguma para o povo e antes com gravíssimo dispêndio seu.

O que então se fez digno de louvor, e que somente se devia ter feito, foi elevar os muros da arca, tapá-la por cima de abóbada em forma piramidal, abrir-lhe uma portinha para trás ou para o oriente, e assentar dentro uma bomba de pressão para o povo poder tirar água por meio da sua manivela, obstando-se deste modo ao emporcamento da arca por meio de infusas partidas e imundícies que os mal intencionados nunca têm feito escrúpulo de atirar para ali.

Até então a prática usada nos anos em que a fonte secava de todo ou quase era mandar a Câmara levantar um dos dois grandes lajões que tapavam a boca da arca e cada um tirava água dela com caldeirões ou infusas, conforme tinha.

Com a reforma da arca, pois, e o assentamento da bomba de cobre ficou melhor provido o caso da exploração directa da mesma. No lado ocidental pôs-se a torneira da dita bomba com uma pia de mármore por baixo que dantes servia somente para beberem animais junto das guardas, ao sul, e agora servem ali para se pousarem os cântaros e não se derranarem os sobejos pelo chão.

Já depois disso se tem secado a fonte que não abunda tanto como as Grande e Pequena e tem sido aproveitado o préstimo da bomba que a Câmara manda tirar e pôr conforme as circunstâncias do tempo.

Tal é a situação presente da fonte, a que no último conserto apenas acrescentaram em cima um novo degrau para obstar a que entrem pelas escadas os enxurros do ribeiro que lhe corre à esquerda ou sul.

IV

A água desta fonte é, como diz Cadornega, muito fina, fresca e saborosa. Há quem a prefira à da Fonte Pequena entrando eu nesse número. Foi dela que usei nos anos da minha criação e ainda hoje me sabe melhor do que outra qualquer da terra e de fora dela.

Com os poços particulares do Rossio e suas vizinhanças dá-se o mesmo caso porque são das mesmas veias e não há outros melhores em Vila Viçosa.

Isto é fácil de explicar. As fontes Pequena e Grande, assim como o Chariz de El-Rei e a Fonte do Carrascal, derivam-se dos sítios do Carvalho, Cocheira e Pomar de Filipe onde abundam as gredas que tornam a água saburrosa, e como os terrenos seguintes são de argila escura pouco se purificam. Com a Fonte do Alandroal o caso é já diferente, pois, ainda que a sua água se derive em parte daqueles mesmos sítios, vem-se filtrando pela terra vermelha e algum tanto solta do Carrascal e Rossio e, como os lençóis são menos abundantes, mais coada chega à fonte e aos poços.

V

Resta explicar a razão por que a esta fonte veio o título do Alandroal que é uma vila situada ao sul de Vila Viçosa na distância de sete quilómetros.

Chama-se *do Alandroal*, dizem os contemporâneos e os guardadores das nossas velhas tradições, porque em antigos tempos deitando-se uma porção de azeite no Algar da vila do Alandroal (que é perto de S. Bento) foi aparecer na fonte da mesma vila, nesta nossa de Vila Viçosa, na fonte dos Finados em Borba, na do Cano e na da Corna em Olivença, etc. Sendo provado, pois, que esta

água vem da vila do Alandroal, eis a razão por que na nossa terra teve aquele título a fonte do Rossio de S. Paulo.

Acrescento ainda que o nosso Cadornega que viveu em Vila Viçosa até 1639 dá a mesma explicação que deixo consignada e num ou mais de um livro de letra redonda encontrei já a menção de ser a água da vila do Alandroal um rio subterrâneo que alimenta diversas fontes da província. Mas isso é uma lenda inteiramente fabulosa.

Aí por 1852, achando-se o Algar ou furna do Alandroal, fez-se uma nova experiência por influxo do Coronel de Cavalaria nº 3 José Júlio de Amaral, despejando-se lá um couro de azeite e ninguém deu notícia de aparecer este na nossa fonte nem nas outras da vizinhança.

O que se verificou já nos anos de 1654⁽¹⁾ e 1876 foi diminuírem muito ou secarem de todo os poços do Rossio e ruas do norte por ocasião de se proceder a um esgoto na arca da fonte para ficar bem limpa.

E digo mais. É impossível que esta água venha do Alandroal porque o nosso terreno é mais alto do que o daquela vila e assim há-de verificar-se quando porventura procedam engenheiros a medir o nível do nosso Rossio prolongando-o até ao Alandroal. Acharão que a nossa terra está mais alta que o Outeiro da Torre e este que a Serra de Carambó em cujas vertentes ocidentais jaz aquela vila. Creio por isso que as águas não vêm de lá para cá e ao contrário vão de cá para lá.

Mas então o que daria causa a chamar-se *do Alandroal* a nossa fonte do Rossio?! A minha opinião, mas opinião em que firmemente creio, é que o arrabalde em que jaz a fonte era chamado pelos antigos *arrabalde do Alandroal* por ficar daquela parte e por a fonte ou poço estar nesse arrabalde teve ela o mesmo distintivo.

Confira-se a este respeito o que deixei escrito na Primeira Parte⁽²⁾ sobre ser a Aldeia com o baixo Rossio e mais alguma coisa até às Fontainhas o assento da antiga povoação de Vila Viçosa. Esse bairro ficou exulado por mais de um século da povoação moderna e por isso mesmo chamavam-lhe então *arrabalde do Landroal*, pois por ali era a estrada para lá. A de trás de S. Paulo é muito moderna e só começou a servir quando se romperam as muralhas no alto Rossio.

Eu citei noutra lugar umas palavras do velho cronista Fernão Lopes relativas ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira que em certa ocasião foi para o

(1) Vereação de 20 de Junho.

(2) Capítulos 4, 15 e 27.

Rossio com a sua tropa a fazer exercícios militares. Conta ele o caso assim: "*foi-se a um rossio a par do arrabalde contra o Alandroal*",⁽¹⁾ etc.

Quando li esta expressão do arrabalde fronteiro ao Alandroal, disse logo comigo: - Aqui está a chave do enigma. O arrabalde tinha o distintivo do Alandroal por ficar para aquela parte e a fonte herdou-o do mesmo arrabalde. Quiseram por fim os nossos avós do século XVI explicar a sua razão de ser e, como a ignorassem, inventou alguém a patranha de vir à nossa fonte a água da vila do Alandroal.

Este é o meu parecer; agora os leitores sigam o que mais lhes agradar.

(1) *Crónica de D. João I, Parte 2ª, Cap. 162. Ou veja-se o cap. 27 da Primeira Parte destas minhas Memórias.*

CAPITULO LX

Fonte do Carrascal

... he cousa e obra realenga... feita com arte
por bom artificio.

(Cadornega - Descrição de Vila Viçosa)

I

Desta fonte não faz menção Francisco de Moraes Calado no seu *Parnaso de Vila Viçosa* escrito em 1618, nem Frei Manuel Calado que a esse tempo já missionava no Brasil; porém António de Oliveira Cadornega, que era então rapaz novo e só em 1639 foi servir no exército de Angola, já a viu feita e escreve assim a notícia dela:

"A deleitosa fonte do Carrascal que está junto à Igreja de S. João Baptista, e coisa e obra realenga que bastava para sua grandeza o dizer-se a mandara fazer, por aquele sítio ser falto de água para se beber, o Sereníssimo Senhor D. João, Duque de Bragança, nosso inclito Rei, de saudosa memória. He obra feita com arte por bom artificio, com pia e capitel levantado, saindo aquela multidão de água por muitas bicas ao redor,⁽¹⁾ fazendo da que ali tres borda um tanque ou chafariz à parte para os quadrúpedes e gados."⁽²⁾

Do exposto vê-se que o nosso Cadornega foi desta vez historiador contando-nos quem fabricara a fonte nos anos de 1633-39 e fazendo-nos uma descrição dela como sabia e quis fazê-lo.

Ora essa descrição ainda hoje é exacta porque a fonte e o chafariz de bestas conservam-se no estado primitivo, salvo quanto ao cercado de alvenaria ou guardas que cercam a fonte para ninguém poder chegar cavalgaduras à taça da mesma fonte, o que foi proibido pela Câmara em Postura de 2 de Junho do ano de 1640. Depois revogaram a dita Postura com o fundamento de não ser prejudicial ao povo o beberem quadrúpedes na taça e por fim, já no século XVIII,

(1) São quatro e sempre o foram.

(2) Descrição de Vila Viçosa, feita em 1683.

resolveu-se fazer nova postura irrevogável e impreterível pondo à fonte as guardas mencionadas que tornam impossível chegarem ali cavalgadas.

Só esta diferença ali se nota desde o tempo de Cadornega.

II

Façamos já uma descrição minuciosa desta fonte segundo o costume que venho trazendo.

A Fonte do Carrascal distingue-se das mais em duas coisas: 1ª - em ser de aqueduto assente em arcarias; 2ª - em ter uma forma ressaltada quase no meio do dito Carrascal enquanto que às outras se desce por escadas.

O aqueduto conduz várias nascentes exploradas no sítio do Carvalho e na Portela pela estrada acima, as quais todas convergem à mesma estrada para ali principiar o dito aqueduto, primeiro baixo mas saliente e depois montado em arcos até à casa-mãe ou Ladrão (como lhe chamam) do Carrascal junto ao lagar de Manuel Lopes Almojarife. Mas o manancial mais abundante é o da Arca Grande de sita na Horta do Carvalho num velho sesmo ou azinhaga concelheira que há um século ainda partia de onde está a Igreja da Lapa e o segundo manancial é o que está mais acima numa vinha e tem outra arca, porém pequena, com um pedrão levantado cujo letreiro darei adiante.

No Ladrão, assim chamado porque rouba a água à fonte quando ela é demasiada extravasando-a por um cano ou bica, entra a água por tubos de grés soterrados e vai grimpar pelo tronco da fonte até vasar pelas bicas.

Vejamos a configuração da fonte em questão e que na verdade é singular.

No meio de uma taça quadrada e toda de mármore ergue-se o tronco para abrir em forma de cálice redondo com quatro bicas de ferro para os quatro ventos, que é tapado por um opérculo ou tapadoura, também de mármore (branco). Em cima da tapadoura eleva-se um pilar quadrado que terá um metro de altura ou um côvado e sobre ele sustem-se mediante quatro pequenos globos de pedra um formoso e elegante obelisco rematado em forma de esfera.

Em torno da taça estão as guardas modernas de alvenaria, de que já falei, também quadradas com duas aberturas ou entradas ao norte e ao sul, defendidas na frente por outro anteparo em ordem a não chegarem quadrúpedes a beber na taça.

A borda desta há um ralo por onde as sobras da fonte vão por cano subter-

râneo surgir ao norte num chafariz de bestas, todo de mármore e singular também em ser acessível por todos os lados, excepto quanto ao topo do norte em que está um pequeno reservatório para dali sair a água encanada para a Horta Nova da Duquesa D. Catarina.

Este chafariz terá uns seis metros de comprimento sobre mais um de largura e é muito útil assim como a fonte por se fazerem debulhas de cereais no Carrascal e celebrarem-se ali as feiras de cavalgaduras e não menos por estar num sítio em que há muita passagem para os trabalhos agrícolas e pouca água.

III

Como se vê, pois, a fonte do Carrascal é pública para o Concelho beber, beberem os seus animais e gastar em usos domésticos, mas as suas sobras são da Casa de Bragança ou propriamente da Horta Nova do Carrascal anexa ao Reguengo desde o tempo da Duquesa D. Catarina. Por isso vou desenvolver a história da formação desta fonte artificial.

Querendo a Duquesa nomeada abastecer de água a dita horta que ela comprara, explorou à sua custa as nascentes do Carvalho e da Portela para encanar a água delas até lá e parece que levou a cabo a sua empresa como consta do letreiro do pedrão da arquinha do Carvalho onde se lê:

"Debaixo d'esta pedra, corenta palmos, está uma fonte, que Sua Alteza, a Senhora Dona Catherina, filha do Infante Dom Duarte e da Infanta Dona Isabel, mulher que foi de Dom João Duque de Bragança, mandou abrir para a levar para a sua Horta Nova, para que dahi bebesse della o que quizesse o Duque Dom Theodosio, segundo d'este nome, seu filho. Anno de 1614".

Nesse mesmo ano a 15 de Novembro faleceu a sobredita Duquesa.

Agora falta apurar o resto da história.

Em 1686, ou três anos depois de redigir Cadornega em Angola a sua *Descrição de Vila Viçosa*, requereram em Câmara os Procuradores do Povo que se abrisse a dita arquinha do pedrão e se limpassem os canos porque havia falta de água na fonte. E o Juiz de Fora Francisco Cardoso de Sousa, que era um rigorista intransigente, não consentiu em que se abrisse a arquinha sem primeiro tirar um sumário de inquirição de oito testemunhas para verificar se o Concelho tinha ali alguma posse. Ora, tal sumário, que se encontra cosido no

livro das Vereações do mesmo ano, dá-nos uma ideia exacta da história da formação da fonte, apesar de variarem muito os depoimentos das testemunhas até se contradizerem.

Eis um resumo do que julgo conforme à verdade. Explorados os mananciais, lembrou-se a Câmara e povo de que era bom fazer-se no Carrascal uma fonte e um chafariz de bestas com aquela água e remeter-se o resto para a Horta Nova e os Duques de Bragança, que sempre favoreceram os melhoramentos da vila, anuíram a isso da melhor vontade.

Alguns disseram (e julgo-o mais provável) que a própria Duquesa exploradora das águas fizera tal concessão devendo a Câmara fazer a fonte e o chafariz à custa do Concelho; como isto, porém, reclamava a imposição de um tributo novo, ainda que temporário, a feitura das obras demorou-se ficando as diligências somente em palavras. Por isso mesmo a fonte não existia ainda em 1618, nem Moraes a menciona sequer em construção, nem Frei Manuel Calado tinha conhecimento dela. Ora, como a Câmara não a fazia, resolveu-se então o Duque D. João II a dotar a sua pátria com esta benfeitoria pagando a despesa do seu bolsinho particular, o que deveria executar entre o seu casamento e a sua aclamação de Rei. É assim que o diz Cadornega e o seu testemunho, como de pessoa contemporânea e ilustrada, vale tudo.

Por isso suspeito eu que os Duques de Bragança não foram estranhos à despesa da construção das fontes Pequena e Grande, aliás mais sumptuosas.

IV

Dizem que a água da fonte do Carrascal é a mais leve de Vila Viçosa e em prova disso referem os velhos que, sendo pesadas todas as da vila em 1806 por comissão do Príncipe Regente, assim se reconheceu.

Pode ser que este facto seja verdadeiro, não porque a água nos seus mananciais brote mais fina, mas porque repuxando para subir à fonte deixe atrás os sais e outras substâncias mais pesadas que ficam a obstruir as manilhas ou tubos e canos como se tem observado a cada passo.

E, porém, certo que a maior parte da gente usa dela só em caso de necessidade porque, como vem por um aqueduto exposto ao calor e ao frio, é choca de verão e frigidíssima no inverno e por isso mesmo, sendo aliás excelente para Évora, Elvas, etc. que bebem de fontes de longo aqueduto, nós gastamos pouco

desta água preferindo-lhe a das outras fontes públicas e muitos poços particulares onde se tira fresca no estio e temperada no inverno.

Por outra parte, esta fonte sempre tem sido muito dispendiosa para o Concelho em razão de nunca os canos estarem sãos e em tempo até se dava uma courela anual na coutada a um alvenéu que os trouxesse bem consertados.

V

Depois de 1640, como os Duques já não viviam em Vila Viçosa, passou a descurar-se o aproveitamento das sobras da fonte e os canos que as conduziam para o tanque da Horta Nova chegaram a estragar-se muito.

Em 1785 obtiveram os Irmãos da Lapa uma porção de água para o seu jardim e a Casa de Bragança concedeu-lha com a obrigação de encanarem os sobejos para a conduta das sobras da fonte, fabricando-se então a *Biquinha* no aqueduto da Portela com uma ampulheta em altura suficiente para repuxar a água no dito jardim. Assim, pois, tornou-se a Biquinha uma nova fonte que aí por 1870 foi aformoseada com o seu terreiro calçado e cadeirões laterais.

Na mesma ocasião se formou o pequeno lavadouro à bica do Ladrão.

Em 1806 fabricou o Marquês de Alorna mais acima a chamada *Fonte Nova* que era um pequeno lago para onde corriam três elegantes cascatas aderentes ao próprio aqueduto da fonte. Fez também ali cadeirões de alvenaria, alegres de flores e o mais que lá está. A água do pequeno lago servia para regar alfobres de árvores, plantações novas de buxo, etc., o que ocasionou dar o povo àquele moderno passeio público o título de *Jardim Botânico*.

Mas é certo que aqueles dois derivativos do aqueduto prejudicaram a abundância da Fonte do Carrascal e ainda mais a Casa de Bragança que era senhora das sobras dela. Por isso, quando em 1874 o Administrador Geral Sebastião do Canto reivindicou o logradouro exclusivo das ditas sobras e reconstruiu o tanque da Horta Nova que já fôra até arrasado, entupiu-se o Lago da Fonte Nova tapando-se primeiro as bicas das cascatas e apagando-se a forma exterior destas porquanto ainda que o Príncipe Regente desse autorização verbal ou tácita para o Marquês de Alorna tirar aquela água para o Concelho não se passou nenhuma Provisão. Para o dito Sebastião do Canto fazer valer o direito da Horta Nova às sobras da fonte com vantagem da Casa de Bragança eramister proceder-se a um conserto geral e radical do aqueduto em que desde a sua primi-

tiva só tinham efectuado concertos parciais e, como as arcadas haviam perdido o nivelamento em muitos pontos, só reconstruindo a conduta ou cano de extremo a extremo é que podia obter-se um pendor franco e desembaraçado para a corrente. Entendeu-se com a Câmara sobre a maneira de executar o seu plano e acordou-se em dar esta um subsídio (de 100\$000 réis, segundo ouvi) e fazer a Casa de Bragança a restauração por sua conta. Disseram que dispendeu ali acima de um conto.

Desta vez é que foram também aproveitadas as sobras do lavadouro do Ladrão, construindo-se uma conduta até à outra antiga das sobras do chafariz e assim a Casa de Bragança pôde encher não só o tanque da Horta Nova mas também o da Horta das Chagas que alargou para este fim ligando-o com o precedente (ainda que distantes) por meio de um cano subterrâneo.

A Biquinha ficou subsistindo porque estava autorizada pela Câmara e pelo Estado Brigantino e as suas sobras tinham sido encaminhadas, como cumpria, para o tanque da Horta Nova.

Mas não obstante o concerto radical de 1874 raro é o ano em que a Câmara não tem de mandar fazer ali algum reparo nos canos enquanto que nas fontes Grande e Pequena está vinte e trinta anos consecutivos sem dispendir cinco réis com elas.

CAPITULO LXI

Chafariz de El-Rei. Poço do Concelho. Fonte dos Cunhados. Fonte Santa. Chafariz da Coutada. Fonte das Fontainhas. Fonte das Lágrimas e outras rurais. Nascente Nova.

I

Cadornega escreveu que Vila Viçosa tinha quatro *reais fontes*, mas hoje po demos dizer que tem cinco porque o Chafariz de El-Rei é ao mesmo tempo fonte e bebedouro de cavalgadas.

É fonte e pública conquanto administrada pela Casa de Bragança porque El-Rei D. José assim o outorgou ao povo construindo aquele chafariz em terreno concelheiro com bicas alteadas para uso das criaturas humanas e longa taça para quadrúpedes quando podia fazê-lo muros adentro do Paço ou da Ilha.

Foi construído o dito chafariz no Terreiro do Paço por baixo da Casa de Lisboa que lhe serve de reservatório no seu andar inferior. A água com que é abastecido pertencia a diversas cascatas e fontes do Paço e da Ilha, como dito é noutro lugar. Tem capacidade para beberem ali simultaneamente uns cin quenta cavalos. É formado todo de pedra e de pedra lavradas são também as suas três fartas bicas ou caneiros, dispostas com simetria no muro de cimento e bastante elevadas. Dizem que foi construído principalmente para beberem ali as manadas de Alter quando vinham pastar nos nossos coutos e coutadas. A esquina tinha uma guarita de alvenaria para uma sentinela, a qual por inútil foi destruída em 1881.

Foi fabricado pelo alvenéu José Mendes Brochado, cujo nome não é já novo para os leitores, af por 1772.

A sua água é tão boa como a das fontes Pequena e Grande. Como, porém, es tá situado em ponto extremo da vila, pouca gente se aproveita dela, excepto os militares, pois fica próximo do pátio dos Agostinhos onde é o quartel tan to dos corpos inteiros como dos destacamentos de tropa.

Com a notícia do chafariz sobredito fica esgotada a matéria das fontes públicas e monumentais, dignas de especial menção; mas, visto que devo descrever miudamente as coisas de Vila Viçosa, não deixarei de resenhar as mais fontes públicas ou concelheiras ainda que não mereçam a classificação de monumentos.

Poço do Concelho. - Está situado na almedina junto ao ângulo inferior que a Cerca antiga forma ao ocidente. Foi aberto provavelmente em tempo de El-Rei D. Dinis, fundador da dita Cerca, para uso do povo e da guarnição militar em tempo de guerra. É redondo, largo e fundo com bocal revestido superiormente de cantaria. A sua água serve hoje somente para regas de flores e hortaliças e para usos domésticos, mas não para beber porque a taxam de ruim talvez por não andar batida e ter o povo muito onde escolher água a seu gosto.

Fonte dos Cunhados. - Esta fonte só é mencionada por Frei Manuel Calado; e segundo o dizer dele "que engrossava também as águas do ribeiro do Rossio", não pode ser outra senão uma pequenina que ainda conheci junto à ponte fronteira à rua de Frei Manuel Cavaleiro e a que nós dávamos o nome de *fonte do cag...*, um nome feio e mal-cheiroso que nem eu quero escrever. Ali, com efeito, ressumbram muitas águas em anos invernosos e bom era que fossem exploradas, tanto para darem uma nova fonte no Rossio central ou aumentarem a fonte do Alandroal, como para cessar ali um pântano que de nada serve e pode ser perigoso. Em 1806 mandou o Marquês de Alorna abrir defronte ou na margem direita do ribeiro um cabouco na intenção de explorar água para a dita fonte do centro do Rossio; como, porém, sobreveio logo a Guerra Peninsular ficou o cabouco servindo de lavadouro e porque algumas lavadeiras chasquearam um dia as filhas do Capitão João Inácio Valejo, que era Vereador e morava defronte, foi obstruído por ordem da Câmara aí por 1815, ficando ainda a fontinha encostada à ponte. Esta desapareceu também aí por 1870 quando foram reedificadas todas as pontes do Rossio excepto a última.

Fonte Santa. - Faço aqui menção dela porque o nosso Cadornega também a faz exaltando muito as virtudes da sua água. É situada ao oriente da vila numa azinhaga entre as quintas do Martinho e da Fonte Santa de Cima. Tem uns meos resguardos de lãjeas e alvenaria.

Chafariz da Coutada. - Teve princípio em 1779 quando a Câmara aforou a Manuel Gil Ligeiro a água concelheira da Fadruga com um pedaço de terra aos Telheiros para ele fazer a quinta que do nome do seu fundador se chama *Quinta do Gil*; e para o Concelho não perder com aquele aforamento ficou o Gil obrigado a fazer na traseira da casa da quinta um chafariz de bestas com trinta palmos de comprimento, o que efectuou com pontualidade. Mas, vindo a quinta em 1834 (pouco mais ou menos) ao poder de Francisco António dos Santos e conseguindo este anexar-lhe duas ou três courelas da Coutada dos Telheiros, diligenciou que se tirasse o chafariz detrás das casas e se pusesse fora da quinta na estrada de Juromenha. E veio a conseguir isto da Câmara Municipal em 11 de Agosto de 1834. Explorou outras águas em Val de Pegas e, levando-as em contraminas pela Quinta das Velhas que também era sua, foi construir um novo chafariz na dita estrada de Juromenha a que o povo tem chamado *Chafariz do Santos* conforme o nome do seu autor. Serve ali bem para os agricultores e passageiros.

Fonte das Fontainhas. - Trata-se aqui das Fontainhas orientais que são muito chegadas à vila, e não das ocidentais que também não distam muito e abastecem o ribeiro de Alcarrache. Da referida fonte das Fontainhas já dei notícia no capítulo VI da Primeira Parte onde mencionei que só é fonte desde 1849. Até então era um poço concelheiro que julgo encontrarem já ali os Portugueses quando repovoaram Vila Viçosa. Foi convertido em fonte pública pelo Cirurgião Francisco Zeferino Mendes com licença da Câmara, ficando em remuneração com as sobras da água que aproveitou para a sua horta da Cruz que está logo por baixo. Até então corriam as águas para a levada do ribeiro do Rossio que lhe passa ao pé.

Fonte das Lágrimas. - Desta falei bastante no capítulo sobre o Convento da Piedade ou dos Capuchos, pois é situada em S. Francisco Velho. Como a água desta fonte estava encaminhada por aqueduto para o Convento primitivo dos Capuchos, segue-se que é concelheira ou pública e não do senhorio da herdade em que brota.

Fonte do Paraíso. - Também é concelheira e tem sido por isso reparada pela Câmara.⁽¹⁾ Está perto da Ermida de Nossa Senhora do Paraíso junto à ponte do ribeiro do Beijudo e julga-se que é derivação do mesmo ribeiro secando também quando ele seca inteiramente e perdendo então o ser potável.

(1) Assim consta da Vereação de 24 de Julho de 1720.

Fonte dos Telheiros. - É junto à Quinta do Gil, tendo até por cima uma varanda que pertence à mesma quinta.

Fontes das Freguesias rurais. - Além das famosas Lagoas de Bencatel e Pardais que formam cada uma a sua ribeira de águas vivas, temos em Bencatel a fonte do Pedrão na Galharda que já ali estava quando se fundou a nossa vila e é pública por isso mesmo. E em Pardais há a Fonte da Aldeia (que é primorosa), a do Soeiro e a da Figueira, todas públicas. Segundo me informam, não há fonte alguma pública em S. Romão, nem nas Ciladas.

Nascente Nova. - Foi explorada nos nossos dias no sítio do Carvalho, pouco acima das várias nascentes recolhidas pela Duquesa D. Catarina e que hoje abastecem a fonte do Carrascal. Deu motivo a essa exploração o ter-se aberto num olival de Juan Peres, espanhol, uma cova para estaca de oliveira e, porque a água não cessava de correr perenemente, deixou o dono do olival de plantar a estaca e os trabalhadores dos campos circunvizinhos começaram a ir ali encher os seus barris.

Entretanto propôs-se a nossa Câmara aproveitar aquela água ou para abastecer melhor a fonte do Carrascal ou para colocar na Praça de novo uma fonte que tão precisa ali é. Isto se começou a executar pouco mais ou menos em 1850. Abriu-se no mesmo olival com beneplácito do seu dono um cabouco para nele se constituir o jazigo principal e depois procedeu-se a dirigir contra-minas para diversos pontos superiores da encosta da serra para melhor o abastecer de águas. Só o muro da parte de baixo da quadratura do jazigo ou arca ficou feito então de pedra e cal com um cano de despejo; os outros três lados permanecendo em barreiras simplesmente cortadas à picareta logo começaram a esfacelar-se obstruindo a maior parte deste reservatório porque a Câmara, depois de algum tempo de ensaio, recuou diante das despesas presentes e futuras.

E foi pena que assim acontecesse porque a nascente é abundante e precisa-se dela para uma fonte na Praça Nova. Na feira de Agosto de 1851 ou de 1852 em que a fonte do Carrascal estava quase exausta mandou a Câmara buscar telhas ao Convento de S. Paulo e estendendo-as provisoriamente pelas sanjas desde o cano da arca até à esquina da Horta do Carvalho na estrada de Evora ali meteu para o aqueduto uma boa porção de água com a qual os feirantes ficaram bem providos.

Hoje serve a Nascente Nova para os trabalhadores e proprietários das vizinhanças irem ali beber ou encher as suas vasilhas como faziam ântes de se começarem as obras referidas e já aquele sítio adquiriu o nome de Nascente Nova.

vo.

Não deve porém a Câmara abrir mão desta água porque se de futuro houver de realizar-se a construção da fonte na Praça Nova tem água com que provê-la.

E essa fonte deve fazer-se mais cedo ou mais tarde ainda que por meio de um dispêndio gradual que durasse dez ou mais anos e, se os meios abundassem, devia tal fonte ser ao mesmo tempo um monumento da Restauração de 1640 por um filho de Vila Viçosa erguendo-se uma estátua de D. João IV de bronze ou mármore, de tamanho natural, em pilar ou coluna sobre o tronco da fonte e lendo-se ali algumas inscrições alusivas a tal memória.

Assim a Praça Nova já tão bela teria um realce de magnificência tanto maior quanto mais elegante e sumptuosa fosse a fonte monumental.

INDICE
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VIGÉSIMO SÉTIMO FASCÍCULO

CAPÍTULO L - Palácio Ducal e Real	7
CAPÍTULO LI - Tapada Real	29
CAPÍTULO LII - Porta dos Nós	41
CAPÍTULO LIII - Palácio do Bispo	47
CAPÍTULO LIV - Abarracamento das Freiras	51
CAPÍTULO LV - Peças do concelho e suas oficinas, Força	54
CAPÍTULO LVI - O brasão de armas de vila	68
CAPÍTULO LVII - A Fonte Grande, a Balona, o Chafariz de Bestas e o Lago	71
CAPÍTULO LVIII - A Fonte Pequena, o antigo Chafariz de Bestas junto dela e mais um lavadouro que já não existe. Alterações da mesma fonte e seu estado actual	76
CAPÍTULO LIX - Fonte do Alandroal	80
CAPÍTULO LX - Fonte do Carrascal	87
CAPÍTULO LXI - Chafariz de El-Rei. Poço do concelho. Fonte dos Cunhados. Fonte Santa. Chafariz da Coutada. Fonte das Fontainhas. Fonte das Lágrimas e outras rurais. Nascente Nova	93

IMPRESSO POR GRAFICA CALIPOLENSE
VILA VIÇOSA
TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

NOVEMBRO 1985

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

